

sua invejável posição no "ranking" mundial.

GOVERNO

O quadro conjuntural no qual se apresentaram as finanças estaduais em 1982 não foi muito diferente daquele de anos anteriores, no qual as dificuldades financeiras do Estado se manifestaram de forma evidente. Isso significa que a debilidade das finanças estaduais não é fato recente.

Passando-se à análise das receitas e despesas da Administração Direta do Rio Grande do Sul, observa-se que ambas registraram um comportamento positivo, tendo a despesa crescido, em termos reais, 11,01% e a receita, 0,29% de janeiro a outubro de 1982 em comparação a igual período do ano anterior.

No que diz respeito ao total dos investimentos realizados pelo Setor Público Estadual, registrou-se um crescimento real de 24,50% até o terceiro trimestre de 1982 em comparação com igual período do ano anterior. Ressalte-se, contudo, que essa taxa pode mudar até o final do ano, uma vez que só foram realizados 64% dos investimentos previstos.

Volume XI - Número 1 - Janeiro/Março 1983

PANORAMA GERAL

O quadro adverso que vem sendo observado na economia brasileira nos últimos períodos agravou-se no primeiro trimestre de 1983. Os níveis de produção e emprego continuaram caindo, enquanto a inflação anual novamente superou a casa dos três dígitos e as dificuldades de rolar a dívida vêm-se tornando cada vez mais insuperáveis. Ao mesmo tempo, as políticas de austeridade monetária e creditícia, levadas a efeito pelas autoridades visando tanto a controlar a inflação como a promover o ajustamento do balanço de pagamentos, só têm agravado esse quadro recessivo. Dessa forma, a economia gaúcha vem seguindo a trilha da nacional, atrelada que está ao sistema econômico do País.

A análise de diversos setores da economia do Rio Grande do Sul mostrou que, no primeiro trimestre de 1983, o

fraco desempenho observado em 1982 não somente se manteve como inclusive se agravou em muitos deles.

POLÍTICA ECONÔMICA

O crescente endividamento externo, a crise de liquidez do sistema financeiro internacional e a prolongada recessão que vem atravessando a economia brasileira terminaram por conduzir o País às portas do Fundo Monetário Internacional (FMI) em busca de recursos para o fechamento de seu balanço de pagamentos. Em contrapartida, as autoridades econômicas nacionais elaboraram uma carta de intenções ao referido órgão, na qual, entre outros fatores, são previstos dois ajustes considerados, pelo FMI, vitais para a economia brasileira. O primeiro consistiu na redução dos reajustes salariais de todos os trabalhadores, o que, ao pressupor redução real da massa de salários, veio exigir significativas alterações na política salarial vigente até o início de 1983. Já o segundo fator, expresso na referida carta e considerado como primordial pelas autoridades econômicas para o "reajustamento" da economia brasileira, tem sido a intenção de redução das taxas internas de juros. Isso porque, à exceção do setor financeiro, todos os demais segmentos produtivos da economia vislumbram essa alternativa como a única forma de evitar a absoluta asfixia do sistema produtivo e possibilitar, num segundo momento, a tão premente retomada dos investimentos privados.

O não equacionamento das questões econômicas mais prementes — tais como o aprofundamento da recessão e o aumento do desemprego — agravado pelas crescentes dificuldades de ajustamento do balanço de pagamentos, face à possibilidade não ser alcançada a meta de um superávit de US\$ 6 bilhões na balança comercial até o final do ano, terminou acelerando a drástica decisão de uma maxidesvalorização do cruzeiro em relação ao dólar de 30%. Tal decisão foi tomada em 18 de fevereiro, sob a justificativa de fomentar as exportações e, em segundo plano, diminuir a capacidade ociosa no parque industrial substituição de importações.

Por tudo isso, pode-se concluir que o maior "mérito" dessa desvalorização de 30% esteja numa contenção ainda maior do que aquela que já vem sendo feita nas importações.

A consequência mais imediata, além do impacto inflacionário, será sem dúvida um arrocho ainda maior na economia, visto que a pauta de importação já estava bastante comprimida. Considerando-se que os combustíveis e lubrificantes respondem por aproximadamente 54% das importações, os bens de capital, por 17%, as matérias-primas, por 24% e os bens de consumo, por apenas 5%, pode-se ver que uma compressão nas compras externas irá afetar ainda mais o já tão combalido sistema produtivo do País.

Convém lembrar também que a dívida externa das estatais e das empresas privadas, do dia para a noite, cresceu 30% (em cruzeiros), o mesmo acontecendo com os seus encargos. Tal fato agravaria ainda mais a recessão, podendo provocar uma quebradeira generalizada no setor privado, ao mesmo tempo em que encurralaria ainda mais as empresas estatais. Ora, como não é lógico esperar uma resposta imediata em termos de substituição de bens importados, seja pela desaceleração da demanda, seja pela exigência de uma readequação da capacidade produtiva, o mais provável é que ocorra uma aceleração dos preços, tanto dos produtos importados como dos substitutos locais.

De qualquer forma, os resultados colhidos pelo Governo no primeiro trimestre de 1983, no que diz respeito à inflação, foram francamente desanimadores. Desde janeiro que a taxa de crescimento mensal do Índice Geral de Preços (IGP) vem apresentando números somente comparáveis com os ocorridos há 18 anos atrás. As explicações para esse comportamento tendem a se concentrar em fatores ocasionais, que jamais poderiam justificar a permanência desse índice na casa dos três dígitos desde 1980. No primeiro mês do ano, a taxa de 9% teria sido uma decorrência do acréscimo dos preços dos alimentos e também devido ao que se convencionou chamar de inflação corretiva.

AGRICULTURA

Uma primeira decisão tomada no fim de 1982 reduziu os subsídios implícitos no crédito rural, o que de uma certa maneira reverencia o receituário monetarista do FMI. Com isso, as taxas de juros do crédito rural passarão a se vincular, a partir do segundo semestre de 1983, à variação semestral do INPC acrescidas de mais cinco pontos percentuais.

Em segundo lugar, além da redução do subsídio agrícola — entendido como a diferença entre a taxa anual de inflação e a taxa de juro efetivamente cobrada —, o Governo resolveu comprimir ainda mais a parcela de crédito subsidiado segundo o porte do produtor, o que virá reduzir ainda mais a massa de crédito subsidiado. O grande produtor terá direito a 40% de crédito subsidiado, o médio, a 60% e os pequenos, a 90%.

A contrapartida do aumento dos juros agrícolas poderia ser — e efetivamente tem sido — uma maior oferta de recursos creditícios para o Setor Primário, o que não significa que os produtores venham tomar efetivamente esse crédito.

Se os prognósticos de produção para os principais produtos agrícolas do Rio Grande do Sul, a seguir analisados, dependerem apenas desses fatores climáticos, pode-se concluir que, contrariamente ao desastroso desempenho agrícola em 1982, as perspectivas da atual safra são bastante favoráveis. De fato, o clima propiciou um bom desenvolvimento vegetativo da produção ao longo de todo o processo produtivo das principais culturas gaúchas.

INDÚSTRIA

Durante o ano passado, em face da manutenção das restrições monetárias e creditícias, a Indústria de Transformação brasileira obteve uma "performance" quase tão catastrófica quanto a observada em 1981. A única diferença — em termos de resultados numéricos — foi que, a partir do mês de março, as quedas passaram a ser menos acentuadas. Isso permitiu chegar ao final do ano com uma taxa de

crescimento um pouco acima de zero. No entanto, se for considerado que os índices de 1982 são comparados aos de 1981, quando os resultados caíram a níveis extremamente baixos, essa recuperação deveria, no mínimo, ser relativizada. Em termos qualitativos, também se verificaram alguns aspectos favoráveis como um certo aquecimento da demanda por reposição de estoques, maiores facilidades no financiamento dos bens duráveis e a manutenção dos reajustes semestrais dos salários e dos 10% acima do INPC para as faixas que recebem até três salários-mínimos. No entanto o contingente de empregados da indústria continuou-se reduzindo, e o investimento privado permaneceu em queda. Além disso, com a ineficácia das medidas adotadas para reduzir as taxas de juros, com o encarecimento das importações, com os profundos cortes previstos para os gastos públicos e com o aumento do endividamento das empresas que contraíram empréstimos externos, a perspectiva é de que efetivamente venha ocorrer um "sucateamento" do parque industrial brasileiro, pois é bem possível que um grande número de empresas não resista à pressão que vem sofrendo há pelo menos dois anos — e que está sendo agravada em 1983 — de elevação de custos frente a um mercado, interno e externo, em crescente deterioração.

A indústria de bens de capital é a que mais vem-se ressentindo da crise, tendo sua produção decrescido em 11,19% em 1982.

Se o setor de bens de consumo não duráveis já não obteve em 1982 um desempenho positivo, as perspectivas são ainda mais desfavoráveis para este ano. Considerando-se que sua demanda depende fundamentalmente do nível de emprego urbano e do poder aquisitivo dos assalariados e que ambos se estão deteriorando a largos passos, pode-se prever uma diminuição da demanda do setor para 1983.

A indústria de duráveis foi a que melhor desempenho obteve em 1982, alcançando uma taxa anual acumulada de 7,73% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores. Como já foi colocado, esse setor foi beneficiado por algumas

vantagens creditícias e pelos estímulos dados ao consumo de carros a álcool, cujas vendas se expandiram em 70% no ano passado.

Tal como a indústria nacional, a indústria gaúcha está sujeita aos mesmos efeitos da política econômica. Além disso, são as indústrias dinâmicas do centro do País que se constituem no principal mercado do complexo metal-mecânico do Estado, havendo, portanto, profunda determinação do comportamento daquelas sobre este.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Desde 1981, a Indústria da Construção Civil vem apresentando sinais de crise, derivada principalmente de uma substancial queda na demanda por imóveis. Por um lado, os investidores deixaram de adquirir imóveis para se voltarem ao mercado financeiro, que, já então, apresentava altas taxas de juros; por outro, os consumidores que procuravam imóveis para residência própria também deixaram o mercado, em vista do alto custo dos imóveis, da correção monetária plena, da política salarial, que penalizava os salários mais altos, e do aumento do desemprego. Assim, já nos primeiros meses de 1982, a situação do setor em análise mostrava sinais inequívocos de desaceleração, quando começavam a decrescer os lançamentos habitacionais em algumas das maiores cidades brasileiras.

Pelos motivos expostos, começou, desde então, a ocorrer um descompasso entre os níveis de produção e comercialização de imóveis, com um acúmulo crescente nos estoques à venda.

COMÉRCIO INTERNO

Os primeiros resultados obtidos em 1983 ratificam apreensões surgidas nos anos anteriores de insolvência e retração acentuada para o comércio. Se, no atual ano, não há evento algum que possa ser utilizado como um apelo maior de vendas, assim como a Copa do Mundo, a permanência de fatores restritivos faz com que exista possibilidade de declínio do faturamento. A manutenção da taxa de juros em patamares elevados — que representa um fator restritivo

tanto para o comércio como para o consumidor — e a aceleração do desemprego mantém a atividade comercial sem espaço para crescer. Além disso, a perda do salário real por parte dos assalariados, através da rotação da mão-de-obra e da alteração na lei salarial, comprime ainda mais a possibilidade de reversão do quadro recessivo verificado nos últimos períodos. Assim, o comércio vê diminuído o seu mercado consumidor através do recrudescimento do desemprego e da perda de renda dos consumidores, que, ao mesmo tempo, não podem utilizar o crédito em virtude do elevado custo do dinheiro.

COMÉRCIO EXTERNO

Até março de 1983, as importações brasileiras haviam totalizado a cifra de US\$ 3,809 bilhões, enquanto as exportações alcançaram um total de US\$ 4,653 bilhões, o que proporcionou um saldo positivo acumulado na conta de comércio da ordem de US\$ 844 milhões, quantia bastante inferior à necessária para obter um superávit comercial de seis bilhões de dólares no final do ano, conforme o estipulado na programação para o setor externo de 1983. Muito embora o saldo da balança comercial no mês de março tenha sido de US\$ 514 milhões, o Brasil terá de exportar, nos nove meses restantes de 1983, cerca de US\$ 572 milhões a mais do que vier a importar no mesmo período para atingir a meta de um superávit de US\$ 6 bilhões no final do ano, o que parece difícil de ser atingido. Isso porque o saldo acumulado até março se deve mais à queda de 20,7% nas importações, ocorrida no primeiro trimestre em relação a igual período do ano passado, do que a um aumento das exportações, que chegaram a cair 4,1% de janeiro a março deste ano comparadas com igual período de 1982.

Muito se tem falado que mais importante do que o total a ser exportado é o saldo comercial, e mesmo que as exportações não alcancem os US\$ 23 bilhões planejados, se o superávit for de US\$ 6 bilhões, via diminuição ainda maior nas compras externas, o resultado terá sido satisfatório. Entretanto o problema não é tão simples assim como pare-

cem querer demonstrar algumas pessoas ligadas à área externa, pois as importações de US\$ 1,194 bilhões realizadas em março de 1983 representam a média mensal registrada em 1978 — quando o petróleo custava bem menos e o produto era menor. Por isso, parece ser quase impossível se manter esse ritmo nas importações sem que os efeitos negativos sobre a produção e o emprego se façam sentir de modo bastante grave.

INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

A política monetária praticada pelas autoridades econômicas tem sido responsável, em larga medida, pela resistência das taxas de juros internos nos níveis atuais. Com efeito, a diminuição do encaixe bancário, resultante do incremento do depósito compulsório, somada à severa vigilância sobre o cumprimento dos limites de expansão ao crédito, ao mesmo tempo que atuam como o freio à expansão monetária, desencadeiam como contrapartida um mal maior do que aquele que se quer corrigir: a insolvência das empresas mais frágeis e o aprofundamento da recessão e do desemprego.

GOVERNO

O Governo, em 1983, cumprindo o acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), deverá diminuir substancialmente o déficit do setor público. Esse foi calculado, para 1982, em 16,9% do PIB pelo FMI e deverá, segundo as metas estabelecidas, ser reduzido para 8,8% em 1983.

Volume XI - Número 2 - Abril/Junho 1983

PANORAMA GERAL

Ao findar o ano de 1982, o Governo buscou junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) o aval da sua política econômica de curto prazo para o ano de 1983, no intuito que o respaldo favorável desse organismo internacional facilitasse a captação dos recursos necessários para fazer frente aos compromissos da vultosa dívida externa do País. No entanto, entre as metas impostas pelo FMI naquela ocasião,

encontravam-se, em primeiro plano, um combate firme à inflação, diminuição do déficit público e um incremento do superávit comercial do País. Se o resultado da balança comercial, no primeiro semestre de 1983, foi favorável, os outros dois pontos não o foram. Dessa forma, o FMI não liberou o empréstimo de 411 milhões de dólares correspondente à segunda parcela do financiamento tratado no ano passado, e o Brasil não pagou os 400 milhões de dólares devidos ao Banco de Compensações Internacionais (BIS), o que resultou na não liberação de 560 milhões de dólares que vários bancos internacionais iriam emprestar ao País.

POLÍTICA ECONÔMICA

Um ponto que parece não ter sido suficientemente enfatizado é o raciocínio monetarista de controle inflacionário, sob inspiração do FMI, que envolve o próprio pacote. Nessa concepção, menos déficit significa menor crescimento da base monetária - já que com a retirada dos subsídios se estaria extirpando a causa básica da emissão de moeda - e, portanto, da inflação.

A falácia desse argumento é comprovada com um simples exame dos próprios dados do Banco Central. Nos primeiros cinco meses do ano, a oferta de moeda sofreu uma redução real de 26,7%, como reflexo sobretudo da diminuição do papel-moeda em poder do público. Logo, o diagnóstico monetarista não encontra suporte na realidade, visto que os meios de pagamento vêm evoluindo muito menos que o crescimento dos preços. Aliás, o Brasil caracteriza-se por uma das mais conservadoras políticas de emissões de que se tem notícia, possível na prática pelo recurso do endividamento junto ao setor privado.

Partindo de um processo inflacionário já em andamento e motivado por causas que pouco têm a ver com o volume de moeda - a não ser que se insistisse no clássico argumento da inflação de demanda, de pouco crédito num país em que a demanda é naturalmente comprimida pela concentração da renda -, o mais provável é que o déficit público e, por extensão, as emissões de moeda corram atrás e não

à frente dos preços. Isso equivale a dizer que ambos apenas sancionam uma inflação já existente, fruto da capacidade de reação dos diversos grupos sociais no intuito de manterem a sua participação na renda.

Uma discussão objetiva sobre a questão da desindexação da economia deve ter em mente esse horizonte mais amplo, representado pela correlação de forças existentes no interior da própria sociedade brasileira. É isso que explica, em larga medida, os vencedores e perdedores no confronto entre as várias frações do capital (representadas por oligopólios, médias e pequenas empresas), o Estado e os trabalhadores (também diferenciados por faixas salariais). A indexação da economia brasileira, protegendo inicialmente o capital a partir da instituição da correção monetária em 1964 - ampliada, posteriormente, com a reforma financeira de 1965, que estendeu o benefício para os demais ativos financeiros - e muito tempo depois o trabalho (após a criação do INPC, que passou a servir de base para os reajustes semestrais de salários), funcionou como uma espécie de amortecedor desse conflito distributivo, "socializando" as perdas através de uma taxa maior de inflação. Em outras palavras, a indexação foi a forma encontrada para neutralizar o conflito latente entre os vários segmentos sociais, impedindo uma possível confrontação entre eles.

Dentro desse verdadeiro mosaico constituído pelas relações entre os agentes econômicos, com interesses normalmente conflitantes, é que a indexação vem cumprindo um papel importante na evolução recente da economia brasileira, estabelecendo uma forma de convivência até certo ponto pacífica com a inflação.

Parece claro, no entanto, que todas essas medidas adotadas, além de provocarem efeitos recessivos na economia, serão insuficientes e terão pouca eficácia sobre o déficit. O problema do déficit é sobretudo financeiro e está relacionado com a expansão do resgate de títulos federais indexados a correções monetária e cambial crescentes.

AGRICULTURA

A safra agrícola gaúcha (1982/83) tem sido intensamente penalizada pelo excesso de chuvas que vem flagelando a economia rio-grandense. Até o mês de março, quando iria se iniciar a colheita de grãos da safra de verão, as perspectivas de produção e comercialização de soja, arroz, milho e feijão eram as mais promissoras possíveis. Tal prognóstico prenunciava que, apesar das dificuldades econômicas que os produtores vinham enfrentando com a recessão nacional, poderiam, durante 1983, se fossem mantidas constantes as condições inicialmente previstas, valer-se de estímulos efetivamente remuneradores. Isso porque, além de os preços agrícolas, no mercado internacional, terem reagido vigorosamente no primeiro trimestre, as perspectivas de produtividade potencial da futura safra eram excelentes. Entretanto, a partir do início do mês de abril, todas as esperanças de se colher uma boa safra de grãos desvaneceram-se, pois iniciou-se um período de intensas chuvas que vem-se estendendo, de maneira quase intermitente, até meados de julho, provocando uma das maiores enchentes já vividas pelos estados do Sul.

INDÚSTRIA

Em que pese a ausência de dados globais quanto à produção, os que se referem ao nível de emprego industrial em São Paulo são bastante eloqüentes para demonstrar a séria crise que atravessa a Indústria de Transformação brasileira, uma vez que a rápida aceleração do desemprego reflete diretamente a queda da atividade industrial.

Pelo fato de não existirem, também, informações relativas aos setores industriais, é interessante observar o desempenho de alguns gêneros que são bastante representativos dentro de cada categoria, e para os quais existe informação a nível de Brasil. No caso dos bens duráveis, por exemplo, a indústria automobilística é a mais significativa, tanto pela sua participação no produto industrial quanto por seus efeitos multiplicadores sobre os demais setores. Esse gênero, até os primeiros cinco meses deste ano, vinha mantendo um desempenho razoável devido a alguns fatores

específicos. Parece que o fôlego desse setor está finalmente se esvaindo em face da queda do poder aquisitivo de seu mercado consumidor, seja pela alteração da política salarial, que atingiu também a classe média, seja pelo aumento das prestações do BNH ou mesmo pelo nível geral de preços.

A indústria siderúrgica encerrou 1982 com prejuízo, aumentou sua produção no primeiro semestre, em comparação com igual período do ano passado, devido aos efeitos da maxidesvalorização cambial. No caso da indústria de bens de capital, as previsões de empresários desse setor são de que poderá chegar ao final do ano com uma média de utilização da capacidade instalada de até 18%, o que significa, na prática, paralisação do setor.

Observando-se o comportamento pouco promissor dos três setores citados, o fraco crescimento da indústria de bens não duráveis, o nível de desemprego e as medidas de política econômica tomadas no mês de junho, que culminaram com o pacote de julho, o que se descortina é um horizonte assustador para a Indústria de Transformação.

O mais grave ainda não é o fato de que a sociedade brasileira vai atravessar o seu terceiro ano de recessão, mas as sérias possibilidades de que essa crise venha eliminar todo o esforço acumulativo empreendido na última década em função da provável paralisação e conseqüente obsolescência da indústria de bens de capital, da falência de um grande número de empresas dos demais setores industriais e do aprofundamento do desemprego que daí deverá decorrer.

No que diz respeito ao desempenho da Indústria de Transformação gaúcha, para a qual também não existem dados relativos à produção física, no primeiro trimestre de 1983, os dados disponíveis dão o indício de uma situação tão desfavorável quanto a nacional.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A grave crise pela qual passa toda a economia brasileira vem afetando severamente a Indústria da Construção Civil, tendo observado-se um aprofundamento substancial no pri-

meiro semestre de 1983. Todas as informações acerca do nível de atividades no setor em apreço apresentam indicações seguras de uma situação de deterioração. Segundo a 27a. Sondagem Conjuntural da Indústria da Construção Civil brasileira, realizada pela FGV em abril de 1983, o primeiro trimestre deste ano foi marcado pela mais ampla recessão dessa indústria nos sete anos em que se realiza a pesquisa. Quanto aos prognósticos para o segundo trimestre formulados na época, apontavam para um declínio ainda maior no nível de atividades.

Com relação à situação no Rio Grande do Sul, ela é idêntica à observada a nível nacional, com a Sondagem Conjuntural apontando para um fortíssimo declínio no primeiro trimestre do ano e formulando prognósticos de que tenha piorado nos três meses posteriores. No segmento que se ocupa de obras de infra-estrutura e engenharia pesada, que depende basicamente no nível de investimentos, o processo recessivo já vem de vários anos em vista do decréscimo intermitente ocorrido nos componentes da demanda. O setor privado, demandante principalmente de serviços de montagem industrial, vinha diminuindo sensivelmente seus investimentos desde meados da década de 70, tendo essa queda acentuado-se após 1980, quando a política econômica passou a conter ingredientes fortemente recessivos.

COMÉRCIO INTERNO

O ciclo recessivo por que atravessa a economia brasileira vem acarretando contração à atividade comercial, que desde 1981 se encontra estagnada. Dentro desse contexto pouco promissor, os resultados, até abril, trouxeram alento ao setor.

Porém, nesse panorama aparentemente otimista, ainda persistiam restrições objetivas atuando sobre o comércio. A manutenção das taxas de juros em patamares elevados e crescentes, bem como o decréscimo no nível de emprego (o que, aliado ao expurgo no índice em que são baseados os reajustes salariais, reduzirá as remunerações dos assalariados), corroe vorazmente a demanda comercial e a capaci-

dade de resistência à crise do setor.

Dessa forma, o comércio vê-se comprimido de duas maneiras: na primeira - desconto de duplicata - a atividade comercial sofre a corrosão de suas receitas futuras; na segunda - financiamento à demanda -, o elevado custo do crédito deprime ainda mais o consumo, que já se encontra em decréscimo devido à perda salarial e a perspectiva iminente de desemprego por parte dos assalariados.

Assim, as vendas acumuladas até junho, quando comparadas com o mesmo período do ano passado, segundo o INC, apresentaram um decréscimo de 5,7%, projetando, para o futuro, perspectivas pouco favoráveis para a atividade.

COMÉRCIO EXTERNO

Neste segundo trimestre de 1983, a principal medida de política econômica ligada ao comércio externo disse respeito à alteração no crédito à exportação, o qual passou a custar 60% ao ano em vez dos 40% vigentes até então. Também na área de incentivos fiscais, o setor exportador manteve-se à margem das pressões governamentais, visando a eliminar o déficit público. Tanto é assim que o crédito-prêmio às exportações de industrializados será mantido em 11% até dezembro, apesar da grande soma de recursos despendida pelo Governo na manutenção desse subsídio. Além disso, outro benefício concedido aos exportadores - o "drawback" - foi contemplado com novas facilidades a partir do final de junho de 1983.

Até junho, as exportações registraram um total de US\$ 10, 401 bilhões e as importações, US\$ 7,448 bilhões, gerando-se um saldo comercial da ordem de US\$ 2,955 bilhões. Assim, o crescimento das exportações, no primeiro semestre de 1983, foi de 5,86%, comparado com igual período do ano anterior, enquanto as importações, nos primeiros seis meses do ano, tiveram uma queda de 23,0%, também em relação aos primeiros seis meses de 1982.

Na verdade, desde o início do ano, os saldos obtidos na conta comercial têm resultado muito mais do efeito inibidor da recessão sobre as importações do que um desempenho

brilhante das vendas externas. É certo que, a partir de abril, a taxa negativa de variação das exportações esboçou uma ligeira reversão, tendo-se mantido crescente até o final de junho. Por outro lado, a queda nas importações tem-se acentuado, não devido a qualquer processo de substituição de importações que pudesse estar em andamento, mas sim à retração econômica do País.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Não é exagero afirmar que poucas vezes, nos últimos anos, ocorreu um trimestre tão agitado para o sistema financeiro quanto este ora encerrado. É verdade que esse setor já vem desgastado aos olhos da opinião pública há algum tempo, fruto da quase unanimidade da sociedade em caracterizá-lo como virtual beneficiário da atual crise econômica. Dessa vez, porém, os banqueiros não tiveram trégua: a começar pela surpresa do Presidente da República diante do cálculo de um juro anual de 496% apresentado por um empresário (início de abril), estendendo-se depois pelo pacote de junho e seus desdobramentos, sem contar a polêmica criada pelo projeto de estatização dos bancos ainda no decorrer do mês de maio.

No que se refere ao juro, muita tinta e papel foram gastos para provar que o número levado ao Presidente constituía mais uma exceção do que uma regra. Da mesma forma, o projeto de estatização dos bancos (retirado pelo próprio autor) não passou de um "balão de ensaio", no qual os banqueiros saíram fortalecidos do episódio, dado ao repúdio do empresariado a qualquer coisa que diga respeito à estatização. Restou ao pacote econômico a inglória tarefa de tentar reabilitar o sistema financeiro junto à sociedade, desfazendo a imagem de privilégio até então atribuída a esse setor.

GOVERNO

O Governo, objetivando principalmente reduzir o déficit público para cumprir o acordo assumido com o FMI, tem tomado diversas resoluções visando a aumentar as suas receitas e a conter os seus gastos. No sentido de elevar a arrecadação, dentre as decisões anunciadas pelo Conselho

Monetário Nacional em junho, cabe destacar o Imposto de Renda suplementar - 10% na fonte sobre os rendimentos de capital para pessoas físicas e jurídicas -, a taxação dos rendimentos do "open-market" em 4% do IR na fonte e a antecipação de seis meses - a partir de julho de 1983 - do pagamento do IR para entidades financeiras.

No caso do orçamento das estatais, foi efetuado um corte de 20%, em termos reais, sobre os seus investimentos, o que implicará uma queda na demanda com efeitos recessivos sobre a economia, acarretando declínio na produção, que, conseqüentemente, ocasionará decréscimo na arrecadação dos tributos. Também ocorreu corte nos gastos do orçamento monetário através da redução dos subsídios diretos (trigo e petróleo), cujo reflexo será a elevação dos preços desses produtos, e dos subsídios indiretos.

A receita efetiva do Tesouro alcançou uma elevação real de 16,44% no período, enquanto os recursos tributários subiram 13,30%. Quanto ao recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o mesmo cresceu 11,81% de janeiro a maio de 1983 frente ao mesmo período do ano anterior. Já o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), apesar de continuar sendo o terceiro imposto em termos de arrecadação, teve um decréscimo real de 14,38% no período em análise. Com relação à despesa efetiva do Tesouro Nacional, houve uma elevação de 11,53% nos primeiros cinco meses de 1983 em relação ao mesmo período do ano passado.

No que se refere à situação financeira do Rio Grande do Sul, o quadro conjuntural que se apresenta nesse segundo trimestre é de dificuldades. Até o final do ano, estima-se que ocorrerá um déficit de Cr\$ 255 bilhões nas finanças do Estado.

Volume XI - Número 3 - Julho/Setembro 1983

PANORAMA GERAL

Passou-se um ano desde o "setembro negro" de 1982, quando praticamente se iniciou a grande crise financeira

com o colapso da economia mexicana, cujo governo declarou moratória por não ter como pagar os compromissos mais imediatos de sua volumosa dívida. Tal fato causou uma espécie de pânico entre os banqueiros internacionais, temerosos de que além desse país, outros mais se declarassem inadimplentes, o que realmente ocorreu.

Embora já tenha passado o clima de pânico nos meios financeiros internacionais, que caracterizou todo o final do ano passado, a situação do Brasil, tanto no plano externo como internamente, piorou sensivelmente de um ano para cá, apesar de o Brasil, ainda em novembro de 1982, ter recorrido ao FMI na "tentativa" de resolver seus problemas financeiros externos. Foi nesta situação de quase absoluta falta de margem de manobra que o Brasil assinou a primeira Carta de Intenção ao FMI, em janeiro de 1983.

Pelo acordo assinado em janeiro, a inflação anual, em 1983, deveria situar-se na casa dos 70%, enquanto a inflação média seria de aproximadamente 78%. Para tanto, o ponto central do pacote de austeridade estava na contenção do déficit público, fato que, aliás, não pode ser dissociado dos índices inflacionários. Desse modo, cortar as despesas públicas e aumentar o caixa do Tesouro seriam, pois, as tarefas mais urgentes, pois o déficit do setor público em relação ao PIB em 1983 não deveria ultrapassar os 7,9% do PIB.

De acordo com a Carta de Intenção, na versão revista após a maxidesvalorização, a inflação anual passaria para 85% a 90%, enquanto a inflação média ficaria em torno de 100%. Já o déficit público, que antes estava fixado em 7,9% do PIB, passaria para 8,8%, quando em 1982 essa cifra correspondeu a 16,8% do PIB. Assim sendo, o nível do endividamento interno em 1983 deveria limitar-se a Cr\$ 8,8 trilhões contra os Cr\$ 7 trilhões previstos na primeira carta. Quando a missão do Fundo desembarcou em Brasília, dia 14 de junho, concentrou-se seus ataques na política salarial, apesar dos desmentidos da época.

Ora, o simples fato de esta já ser a terceira carta em

apenas nove meses demonstra que os caminhos a serem seguidos preconizados pelo Fundo não são os que vão resolver os problemas da economia brasileira. Tudo leva a crer que os instrumentos utilizados não têm sido os mais corretos. Muito ao contrário, estão levando o País a uma situação tão crítica que Wassily Leontief, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1973, chegou a escrever um artigo para o jornal nova-iorquino "The New York Times" alertando sobre a semelhança dos países devedores do Terceiro Mundo e com a Alemanha derrotada após a I Guerra. Segundo Leontief, John M. Keynes, então membro da delegação inglesa, que tratava junto com os aliados de negociar o que mais tarde seria conhecido como o Tratado de Versailhes, renunciou ao seu cargo, *"como explicou em seu livro 'The Economic Consequences of Peace', porque estava convencido de que as pesadas indenizações impostas ao antigo inimigo não poderiam ser pagas - a menos que o mundo estivesse preparado para o colapso total da economia alemã. Seus conselhos não foram ouvidos, a economia alemã entrou em colapso, o desemprego chegou a proporções catastróficas.*

POLÍTICA ECONÔMICA

A crescente deterioração das contas externas do País durante 1982 e a recorrência ao Fundo Monetário Internacional (FMI) ao final do ano já se constituíram em um prenúncio de mudanças na política salarial vigente, afinal, o tradicional receituário ortodoxo do Fundo sempre traz consigo uma queda nos salários reais. A primeira carta de intenções ao FMI tinha o compromisso explícito de adotar uma "política salarial destinada ao aumento do emprego", o que se mostra bastante incompatível com a orientação recessiva da política econômica. Ocorre que o Governo se comprometeu a realizar um programa de estabilização da economia que incluía, entre outros pontos, cortes substanciais nos gastos públicos o que o levaria a baixar o Decreto-Lei no 2.012 em janeiro de 1983.

O referido Decreto-Lei veio desvirtuar totalmente o ca-

ráter distributivo da legislação anterior já que mantinha o poder aquisitivo apenas dos salários inferiores a três mínimos. Embora permanecesse o reajuste por faixas de salários, ele passou a ter os seguintes percentuais do INPC: até três salários-mínimos, reajuste de 100%; de três a sete salários, de 95%; de sete até 15, de 80%; de 15 até 20, de 50% e acima de 20 salários-mínimos, livre negociação.

Com essa alteração na legislação dos salários, poder-se-ia diminuir os gastos das empresas estatais bem como o consumo global da economia, já que a cada reajuste salarial a massa de salários seria reajustada em apenas 89,2% do INPC.

AGRICULTURA

É importante destacar que se a agricultura "segurou" os índices de preços quando a economia brasileira aterrizou verticalmente na recessão - prática essa que ocorreu tanto em 1981 quanto em 1982 - o mesmo deixou de acontecer de 1983, visto ter-se esgotado a capacidade de compressão dos preços agrícolas em geral, sob pena de arruinar toda a atividade produtiva já em fase de desarticulação. Por essa razão - e contrariamente ao ocorrido em 1981 e 1982 - foram os produtos alimentares, dentre os componentes dos índices de preços, os que maiores aumentos têm registrado ao longo de 1983. Dessa forma, parece ter chegado ao limite a capacidade da agricultura de segurar preços - o que, sem dúvida, foi catalizado pelos acidentes climáticos enfrentados no primeiro semestre de 1983 -, visto que se torna cada vez menos tolerável a convivência do setor produtivo com o processo inflacionário.

A agricultura nacional e, em particular, a gaúcha vêm vivendo um clima de grande euforia com relação ao plantio da nova safra de grãos a ser realizado no último trimestre do ano. A redução dos subsídios ao crédito de custeio, a necessidade de recursos próprios para a realização do plantio, a restrição aos financiamentos para máquinas agrícolas e a fixação de preços mínimos em níveis efetivamente não remuneradores não chegaram a obstaculizar a voracidade

com que os agricultores tencionam plantar para o próximo ano. E toda essa disposição repousa em um único fator de considerável fragilidade: a convicção (ou expectativa) de que os preços agrícolas externos continuem em alta, o que por si só asseguraria mercados para a produção e um nível de rentabilidade há muito tempo não alcançado.

INDÚSTRIA

O terceiro trimestre de 1983 não fez mais do que aprofundar o processo recessivo iniciado no final de 1979 que, a nível de Indústria de Transformação, se expressou através de violenta queda da produção e do emprego. Também a política econômica insistiu monotonicamente na tática de, por um lado, ampliar ao máximo as exportações e, por outro, desacelerar a atividade industrial para conter as importações, ainda que às custas de forte pressão sobre os preços internos dos bens. O controle da inflação, por sua vez, pretende-se que ocorra via contração do consumo interno. Também a tentativa de reduzir o déficit público continuou levando a cortes cada vez mais drásticos e indiscriminados nos gastos governamentais.

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, a produção da Indústria de Transformação brasileira acusou, no primeiro semestre, em relação a igual período do ano anterior, uma queda de 7,2%. A nível de setores foi novamente a indústria de bens de capital que registrou o maior recuo (-20,7%), sendo seguidos por bens intermediários (-6,5%) e bens de consumo não duráveis (-2,8%). Somente a produção de bens de consumo duráveis exibiu uma taxa positiva de 3,6%. Esse dado, no entanto, se comparado ao de fevereiro (11%), indica forte desaceleração. Quanto aos gêneros, as maiores quedas ocorreram na Indústria Mecânica, Material elétrico e de comunicações, Vestuário, calçados e artefatos de tecidos, Têxtil, Química e Metalúrgica (todos com taxas inferiores a -8%), sendo que a indústria de automóveis, Farmacêutica, Produtos alimentares, Fumo e Papel e papelão, apresentam resultados positivos.

Se no Brasil a queda da produtividade industrial foi tão

profunda, no Rio Grande do Sul não poderia ser muito diferente. Em primeiro lugar porque o Estado está sujeito às mesmas adversidades da atual política econômica, em segundo porque o principal mercado consumidor da produção do Complexo Metal-Mecânico gaúcho são as indústrias de bens duráveis de consumo e de bens de capital, situadas principalmente no eixo Rio-São Paulo, cuja produção vem declinando conforme será analisado mais adiante. Também algumas particularidades influenciaram negativamente o desempenho estadual, como é o caso do encarecimento e da escassez dos insumos agropecuários agravados pelas enchentes ocorridas na região. Por outro lado, a expressiva participação da indústria de calçados na produção manufatureira do Estado, que obteve uma boa "performance" no mercado externo, influenciou positivamente os resultados globais.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A Indústria da Construção Civil caracteriza-se por ser forte absorvedora de mão-de-obra não especializada e gerar grande número de empregos diretos e indiretos por unidade de investimento. Responsável pela absorção de cerca de 7% da população economicamente ativa, poderia, nesse período altamente recessivo, auxiliar a manter um menor nível de desemprego. O que tem ocorrido, no entanto, é justamente o contrário, já que o setor vem sentindo com severidade a crise geral pela qual passa toda a economia, sendo que os dois segmentos da construção (obras de infra-estrutura e edificações) vêm experimentando ao longo do ano um aprofundamento do processo recessivo. O segmento que se ocupa de obras de infra-estrutura e engenharia pesada vinha, há alguns anos, sentindo uma forte retração da demanda, em vista dos cortes sucessivos nos investimentos tanto privados quanto público. O segmento da construção ligado a edificações igualmente vem passando por um período de crise iniciado por acentuada queda na demanda desde 1981, fato que vem-se agravando com o decorrer do tempo.

Em 1983, o quadro exposto, de queda persistente na

demanda por imóveis, experimentou um aprofundamento de fortes proporções em função do aumento significativo no nível de desemprego e da queda salarial ocorrida desde o início do ano bem como da escassez de financiamentos habitacionais. Assim, desde o início do ano, o mercado de imóveis vem encolhendo, tendo alcançado nesse terceiro trimestre o seu ponto mais baixo dos últimos anos.

COMÉRCIO INTERNO

A atividade mercantil encontra-se estagnada, por mais um ano consecutivo, devido à profunda recessão da economia brasileira. Todavia, se as perspectivas no início de 1983 para o setor não eram alentadoras, após transcorrer $\frac{3}{4}$ do ano tornaram-se bem mais sombrias. Isso porque o quadro geral da economia brasileira agravou-se, onde o ajuste das contas externas acarretou uma maior constrangimento interno, refletindo-se, principalmente, no desemprego, no achatamento salarial e no encarecimento e escassez do crédito. Assim, o setor comercial vê reduzidas as chances de retomada da atividade a cada mês que se encerra.

O pacote econômico do início de julho, que tabelou os juros e restringiu em 80% do INPC os reajustes salariais, não foi ao encontro dos anseios do setor. Isso porque um menor reajuste salarial afetará ainda mais o volume de vendas, ou seja, reduzirá a demanda. Por sua vez, o tabelamento dos juros, medida tão clamada pelo setor, não surtiu os efeitos esperados, pois as instituições bancárias elevaram o percentual do saldo médio exigido para o desconto de duplicatas, fazendo com que efetivamente o custo do dinheiro não se reduzisse. Dentro desse contexto pouco favorável - juros crescentes e retração de demanda - o Conselho de Desenvolvimento Comercial, do Ministério da Indústria e Comércio, espera uma queda de 5% no Indicador Nacional de Consumo (INC) em 1983. No primeiro semestre, o INC apresentou uma queda de 2,8% em relação ao primeiro semestre de 1982, mas, ao se excluir do índice geral o item veículos, o decréscimo seria de 5%. A comercialização de veículos tem apresentado crescimento durante o ano - de

19% no primeiro semestre segundo a Associação dos Fabricantes de Veículos e Automotores (ANFAVEA) - devido, principalmente, às vendas de carro a álcool, que já representam, 85% do total. O setor de eletrodomésticos, por sua vez, apresentou uma retração de 8% de suas vendas no primeiro semestre de 1983, com um decréscimo de 30% nas de TV a cores até julho. O comércio do Rio Grande do Sul apresentou, no terceiro trimestre do ano, comportamento análogo ao nacional.

Isso se confirma ao se utilizarem os dados do Clube dos Diretores Lojistas de Porto Alegre; segundo o seu levantamento, as vendas acumuladas no mesmo período tiveram uma retração de 8,54% - -8,78% correspondente às vendas a vista e -8,43% às a prazo.

COMÉRCIO EXTERNO

Apesar das dificuldades decorrentes da própria recessão mundial, de aumento do protecionismo, da valorização do dólar e da crise cambial verificada nos países subdesenvolvidos, as exportações brasileiras de manufaturados de janeiro a setembro de 1983 cresceram 8,3%, e os produtos básicos, 5,5% em relação a igual período do ano passado. Nesse aspecto, cabe ressaltar a recuperação nas receitas dos manufaturados, pois, no primeiro semestre deste ano em comparação com igual período do ano passado, as mesmas haviam-se elevado de apenas 4,81% de acordo com a CACEX.

De janeiro a agosto de 1983 as exportações do Rio Grande do Sul, em valores reais, sofreram uma elevação de 22,78%, comparado com igual período de 1982. Tal fato, entretanto, não pode ser considerado "a priori", como uma melhoria nas receitas em dólar, pois enquanto a desvalorização cambial de janeiro a agosto de 1982 foi de 51,55%, de janeiro a agosto de 1983 saltou para 165,70% em função da maxidesvalorização de fevereiro. Enquanto isso, o Índice de Preços por Atacado-Oferta Global, utilizado como deflator nesse caso, elevou-se de 61,5% de janeiro a agosto de 1982 e de 110,1% em igual período de 1983.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Diante da impotência da política econômica para reverter uma situação em que, no âmbito externo, a escassez de divisas estrangeiras atingia o seu ponto mais crítico e que, no plano interno, a inflação batia todos os recordes, as aplicações financeiras transformaram-se num autêntico "vôo sem instrumentos", onde só os maiores e mais hábeis especuladores conseguiram lucrar. Prova disso é que, nos primeiros nove meses do ano, apenas quem investiu em ações ou especulou com dólares no câmbio negro ganhou da inflação. Nem mesmo o ouro, apesar de muito procurado, foi capaz de defender seus possuidores da avassaladora alta dos preços.

O firme desempenho do mercado de ações em 1983 encerra um paradoxo, pois, diante da crise econômica, seria até normal uma queda no volume de negócios nas Bolsas, acompanhando a diminuição nas perspectivas de lucro das empresas. Tal não aconteceu, entretanto, a julgar pelo movimento da Bolsa de Valores de São Paulo que continuou batendo seus próprios recordes.

A tendência à "dolarização" da economia brasileira não se limita ao câmbio negro e ao ouro. Pelo contrário, o ponto que mais tem gerado controvérsia é exatamente a parte da dívida pública vinculada ao dólar (ORTNs especiais), cujo serviço é remunerado com base na correção cambial, ao passo que as receitas do Governo crescem de acordo com a correção monetária.

GOVERNO

Neste terceiro trimestre de 1983, o assunto que merece destaque com respeito às finanças governamentais está contido nas decisões apresentadas na terceira Carta de Intenção enviada pelo Governo ao FMI. Nesta carta o Governo assumiu o compromisso de reduzir o déficit público de 6% do PIB em 1982 para 2,7% neste ano e de praticamente zerá-lo em 1984.

Para atingir seus objetivos de reduzir o déficit, o Governo tem efetuado diversas alterações na política fiscal, com vistas tanto a aumentar a arrecadação quanto a diminuir os seus gastos. Entretanto, nestes últimos meses do ano, as

perspectivas de modificações na área fiscal são poucas. Assim, o Governo para não ultrapassar o teto programado para o déficit buscará alternativas no âmbito da dívida pública e das empresas estatais. No último orçamento, concluído em agosto, a Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (SEST) prevê um corte de 16,5% dos investimentos públicos em 1984. A SEST já havia determinado para 1983 uma redução real de 24%.

A situação apresentada pelas finanças estaduais neste terceiro trimestre de 1983 não é diferente daquela dos períodos anteriores. Os estados continuam a apresentar enormes dificuldades financeiras. No período em análise, um dos assuntos mais citados foi a reforma tributária. A votação dessa reforma pelo Congresso está prevista para 1984, devendo entrar em vigor em 1985. Ao que tudo indica a União não parece disposta, a curto prazo, a redistribuir os recursos entre as três esferas de governo em vista do seu objetivo de cortar o déficit.

Todavia o Governo comprometeu-se junto ao FMI, na terceira Carta de Intenção, a reduzir o déficit operacional dos estados e municípios para 0,8% do PIB em 1984 e também a aumentar a participação dos estados e municípios na receita tributária, mas não especificou quais medidas serão tomadas para atingir esses objetivos.

O DECRETO-LEI Nº 2.064

A noite de 19 de outubro de 1983 foi marcada por expressivos acontecimentos que imprimiram uma intensa mobilização na vida pública nacional. Àquela data os partidos políticos, votando em bloco no Congresso Nacional, rejeitaram por quatro votos contra um o Decreto-Lei nº 2.045. Tal decreto, que entrara em vigor no dia 13.7.83, visava a atender uma meta acordada com o FMI, qual seja: a contenção dos salários como alternativa ao controle do processo inflacionário. Assim sendo, foi decretado que os reajustes salariais para todas as faixas não deveriam ultrapassar 80% do INPC.

As reações contrárias a este decreto foram visíveis em

significativos setores da sociedade civil. Os políticos detentores de mandatos legitimados pelo voto popular, refletindo os anseios dos assalariados condenaram veementemente o 2.045, pois o mesmo constituía-se em uma injusta penalização aos trabalhadores, visto serem eles os principais sacrificados com a recessão, com o desemprego e com a inflação. Os empresários também o condenaram, pois, além de não equacionar o principal problema que mais os vem afligindo - altos juros cobrados no mercado financeiro -, viria a comprimir ainda mais a já tão debilitada demanda global (via redução da massa salarial), o que agravaria a recessão.

O novo decreto assume contornos nitidamente recessivos, uma vez que a premência de reduzir no curto prazo o déficit público tende a produzir inúmeras distorções no sistema produtivo. Em primeiro lugar, o achatamento salarial da classe média e da classe média alta afetará severamente os setores produtores de bens de consumo duráveis, os quais ao longo dos últimos vinte anos originaram-se e estruturaram-se a partir de um modelo concentrador de renda e, como tal, incapazes de sobreviver sem uma readequação da demanda global. Em segundo lugar, a sobrecarga fiscal importa às empresas privadas tenderá a reduzir seus níveis de produção e a aumentar seu grau de insolvência, uma vez que a permanência da recessão tende a comprimir suas vendas. Em terceiro lugar, uma política fiscal não direcionada à geração de gastos governamentais produtivos, mas simplesmente destinada a cobrir déficit, impossibilitará uma expansão real do nível de renda e emprego, terminando por aprofundar a recessão e conduzir ao "sucateamento" de parte do parque industrial brasileiro.

O DECRETO-LEI Nº 2.065

Apenas uma semana após editado o Decreto-Lei nº 2.064, o Governo apresentou um substitutivo, consubstanciado no Decreto-Lei nº 2.065, modificando alguns de seus itens. No que se refere à política salarial, o sistema de reajustes foi alterado, voltando a ser cumulativo (feito "cascata"), de acordo com as seguintes faixas: para a faixa

até três salários mínimos, o reajuste é de 100% do INPC; de três a sete salários mínimos, o reajuste é de 100% do INPC para a parte referente a três salários mínimos e de 80% para o restante; de sete a 15 salários mínimos, o reajuste é de 100% do INPC para os três primeiros salários mínimos, de 80% do INPC para os quatro seguintes e de 60% do INPC para os restantes; acima de 15 salários mínimos, aplicam-se as regras dos itens anteriores até os respectivos limites e o que excede a 15 salários é reajustado em 50% do INPC.

Essas modificações, no entanto, não alteram de maneira substancial os efeitos da fórmula anterior, uma vez que o objetivo básico permanece o mesmo: promover uma forte compressão dos salários, sobretudo das classes de rendas média e média alta, acarretando uma baixa na massa de salários da economia.

Volume XI - Número 4 - Outubro/Dezembro 1983

PANORAMA GERAL

A fim de manter desobstruído o fluxo de recursos financeiros externos necessários para honrar os compromissos da dívida, o governo brasileiro buscou junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) o aval para sua política econômica, no intuito de obter credibilidade junto aos banqueiros internacionais. As principais linhas de atuação acordadas na Carta de Intenção de janeiro de 1983 referiam-se ao incremento das exportações, à redução do déficit público e à diminuição da crescente e contínua alta dos preços internos.

A necessidade de obter um saldo na balança comercial de seis bilhões de dólares em 1983, cifra estabelecida junto ao FMI, fez com que as autoridades governamentais efetuassem uma desvalorização do cruzeiro em 23%, o que corresponde a uma valorização do dólar de 30% em relação à moeda nacional. Com isso, visava-se a conter as importações e, por outro lado, a incrementar as exportações que, nos primeiros meses do ano, ficaram aquém do esperado. No período de janeiro a novembro de 1983, comparando

com iguais meses do ano anterior, as exportações brasileiras tiveram um acréscimo de 8,35%, enquanto que as importações (compostas em 95% de produtos destinados ao setor produtivo) sofreram uma redução de 21,85%.

Essa política contribuiu para que a indústria nacional apresentasse uma queda de sua produção em torno de 9%, e o PIB, de 5,0%, com resultados negativos no nível de emprego. Dessa forma, todo o esforço possível para atingir a meta estabelecida foi realizado e, em novembro, o saldo da balança comercial atingiu a cifra de US\$ 6,048 bilhões. Contudo a economia brasileira teve que conviver com o crescimento do desemprego e da ociosidade industrial.

Para o ano de 1984, as perspectivas são sombrias para a quase totalidade dos segmentos da economia brasileira. Para os assalariados persistirão o espectro do desemprego, a corrosão dos salários e a maior carga tributária. Para os setores produtivos, a maior incidência fiscal, a redução da expansão monetária e a conseqüente elevação dos juros restringirão ainda mais o espaço para o crescimento. A necessidade de o País atingir um saldo na balança comercial 50% maior do que o obtido em 1983, segundo o acordo firmado junto ao FMI, exigirá uma maior contenção das importações, caso não se altere substancialmente o comércio internacional. Assim, a indústria brasileira verá aumentar sua ociosidade e com ela o risco de seu sucateamento. Com isso, o receituário do FMI estará sendo integralmente cumprido, promovendo-se a compressão da demanda interna mediante maior recessão e voltando-se a economia para o exterior no afã de atingir o esperado saldo da balança comercial e assim manter o pagamento dos juros da dívida externa.

POLÍTICA ECONÔMICA

Por uma série de aspectos, 1983 definitivamente não deixará saudades. Nesse ano, a expressão crise econômica, pronunciada timidamente no início da década, ganhou lugar garantido no vocabulário do povo brasileiro. E, dentre os seus componentes, excluindo-se a delicada situação das

contas externas ou seus naturais desdobramentos (desemprego, queda na produção industrial, etc.), nada se compara à retomada do ímpeto inflacionário. Efetivamente, rompendo com a estabilidade alcançada nos dois últimos anos, a inflação avançou com redobrado vigor ao longo de 1983.

Sucessivos recordes foram batidos a cada mês. E, em alguns setores, a alta dos preços assumiu proporções de hiperinflação, fenômeno apenas conhecido por países atingidos por guerras ou golpes políticos. O Índice Geral de Preços cresceu 211% em 1983. Após as sucessivas cartas de intenções ao FMI, as variáveis monetárias passaram a ganhar uma outra dimensão. Se antes a política econômica era mais eclética, não raro trazendo vestígios de outras correntes de pensamento discordantes do monetarismo, depois do atrelamento ao fundo ela passou a guiar-se quase que exclusivamente pela "cartilha monetarista". Tanto é assim que a principal "promessa" feita ao FMI, no adendo à 3ª Carta de Intenção, estipula metas bastante rígidas de crescimento dos meios de pagamento e da base monetária: para 1983 de, respectivamente, 90% e 87% e, para 1984, ambos deverão expandir-se não mais do que 50%.

Dentre as medidas de política econômica adotadas cabe destacar a firme disposição do Governo em promover uma queda substancial na massa real de salários. Nesse sentido, desde o início de 1983, o Poder Executivo tomou a si as prerrogativas de legislar sobre salários e, através de decretos-leis, alterou nada menos do que cinco vezes a legislação salarial (Decretos-Leis nos 2.012, 2.024, 2.045, 2.064 e 2.065). Saliente-se que, na 1ª Carta de Intenção ao FMI, já constava o compromisso de adotar uma política salarial destinada a aumentar o emprego. As várias modificações processadas na política salarial (principalmente as referentes aos Decretos-Leis nos 2.045, 2.064 e 2.065) objetivavam transferir o ônus maior da política econômica para os assalariados.

Em 1983, talvez como em nenhum outro ano, os bra-

sileiros acostumaram-se ao uso da palavra crise. Nas várias esferas da sociedade, o tema da crise sempre ressurgiu: crise institucional, crise social e, acima de tudo, onipresente, a crise na economia. Crise no sistema produtivo, com o PIB nacional decrescendo a uma taxa de 5,6% e a renda interna regional decrescendo em -3,1%, crise esta que se aprofundou quando a política econômica se reorientou para cumprir as metas acordadas com o FMI, provocando a maior recessão na história da economia brasileira. Ao se examinar a evolução do PIB real da economia brasileira desde 1920, verifica-se a presença de taxas negativas apenas em 1929, 1930, 1931, 1942 e 1981, com respectivas taxas percentuais de -0,2, -4,5, -3,0, -5,5 e -3,5.

No volume 9, número 2, de 1981 desta publicação foi realizada uma abordagem do fenômeno cíclico que visava a caracterizar a crise atual por que passa o sistema capitalista em escala mundial e mostrar a crise das economias brasileira e gaúcha como confluente neste processo global. Dois anos depois, volta-se ao tema, em primeiro lugar - e infelizmente - conforme se imaginava então, porque a crise permanece como assunto da ordem do dia - no caso brasileiro até de forma mais dramática, agravada que foi pela deterioração das condições de pagamento internacionais do País. Em segundo lugar, porque vai-se abordar um outro lado da questão que é justamente o fato de a crise econômica se manifestar também como crise da política econômica. Isto porque, como será visto, os instrumentos dessa política que a inovação teórica do keynesianismo colocou nas mãos dos governos, na verdade só funcionam a contento em períodos de expansão, sendo incapazes de deter a crise, o que os faz submergir com ela. Além disso, a asida da crise requer a participação ativa do Estado tanto na solução dos conflitos exacerbados por ela como na instituição de novas formas de regular o funcionamento da economia.

AGRICULTURA

A política agrícola nacional, em 1983, se caracterizou principalmente pelos seguintes pontos: redução dos subsí-

dios ao crédito para o custeio agrícola, com taxas de juros aproximando-se, acelerada e gradualmente, das elevadas taxas de mercado, o que vem provocando, contrariamente à tendência observada nos últimos anos, um sensível encarecimento do crédito agrícola; maior participação de recursos próprios relativamente aos de terceiros, face à elevação das taxas de juros acompanhadas de redução nas faixas de crédito subsidiado; maior participação da rede privada no volume de crédito rural, em detrimento a uma redução da participação dos bancos governamentais; fixação de preços mínimos em níveis inferiores aos preços de mercado, impedindo, dessa forma, que eventuais gastos governamentais na aquisição da produção venham, em 1984, a pressionar excessivamente a base monetária.

Segundo a argumentação governamental, a redução dos subsídios à agricultura seria compensada com um maior estímulo nos preços de comercialização dos produtos, razão pela qual poderiam ser fixados preços mínimos em níveis mais elevados. Em realidade, tal argumento, mais uma vez, expôs claramente a firme intenção da política econômica oficial em neutralizar o grau de influência de seus tradicionais instrumentos de estímulo à agricultura (crédito e preços mínimos) em prol de uma confiança "cega" nos mecanismos de preço arbitrados pelo livre jogo das forças de mercado.

O desempenho da produção física da lavoura gaúcha no ano de 1983 foi superior ao apresentado em 1982. Tal melhora decorreu, principalmente, de um ganho em rendimento médio por hectare em soja e trigo, uma vez que suas respectivas safras colhidas em 1982 viram-se altamente frustradas devido a adversidades climáticas. Já as culturas que apresentaram maiores reduções em seus níveis de produção foram arroz e feijão, causadas, principalmente, pelas cheias que atingiram o Rio Grande do Sul quando a colheita desses produtos iria realizar-se.

Entretanto, mesmo superando em termos globais a produção em 1982, o desempenho da safra 1982/83 foi altamente desfavorável e, até mesmo, preocupante, se compa-

rando com os resultados alcançados em 1980 e 1981.

INDÚSTRIA

De acordo com o economista Antônio Barros de Castro, a indústria de transformação brasileira não atravessa um período recessivo e sim está em "queda livre", pois "recessão é um esfriamento provocado ou natural de uma economia que venha crescendo vigorosamente, é uma pausa que permite digerir esse avanço anterior e preparar o próximo". Porém, no caso atual, não há o menor indício de acumulação, de preparação para a retomada. Não se trata de um fenômeno cíclico, a economia brasileira está se desestruturando, e o próprio tecido social começa a se romper.

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, a produção da indústria de transformação brasileira acusou, nos doze meses acumulados até setembro de 1983 em relação aos doze meses imediatamente anteriores, um queda de 5,7%. É possível observar-se o movimento da produção a partir de 1981, quando se verifica uma queda vertiginosa que arrefece em 1982 e volta a decrescer, ainda mais intensamente, no ano em análise.

Em 1983 coube novamente à indústria de bens de capital o pior desempenho, com uma queda de 19,21% até o mês de setembro. Segue nessa ordem a indústria de bens intermediários (-4,10%) e bens de consumo não-duráveis (-2,74%). A indústria de bens duráveis de consumo, embora tenha apresentado ainda uma taxa positiva (2,46%), decresceu significativamente em relação ao mês de janeiro, quando atingiu 11,35%. Quanto aos gêneros, as maiores quedas ocorreram na indústria mecânica (-16,50%), o que é perfeitamente coerente com os resultados setoriais referentes a bens de capital.

Na realidade, depois de observados os resultados nacionais, não resta muito a acrescentar, a nível explicativo, sobre o idêntico fracasso do desempenho da indústria de transformação gaúcha em 1983. Em primeiro lugar, porque a atividade manufatureira estadual está submetida às mesmas restrições da atual política econômica. Além disso, im-

portantes segmentos industriais do Estado, em especial os pertencentes ao complexo metal-mecânica, produzem insu-mos que em grande parte são absorvidos pelos setores de bens duráveis de consumo e de bens de capital situados no eixo Rio-São Paulo. Essas indústrias, principalmente a de bens de capital, desaceleraram profundamente suas atividades em 1983, conforme já foi exposto.

CONSTRUÇÃO CIVIL

O ano de 1983 foi particularmente penoso para a indústria da construção civil, que experimentou um formidável processo recessivo. Segundo estimativas preliminares do IPEA o PIB da construção civil no Brasil deve ter experimentado uma queda de 18% em 1983.

O desempenho do setor em apreço também foi fortemente restritivo no Estado. A grave crise que assolou a indústria da construção em 1983 também pode ser visualizada nos dados referentes ao índice de emprego no setor. Ademais, durante o ano de 1983, o Sistema Financeiro da Habitação passou por uma série de problemas, colocando-o em situação de estar quase ruindo.

COMÉRCIO INTERNO

Os indicadores disponíveis que aferem o comportamento do comércio interno estão a indicar, por mais um ano consecutivo, contração de sua atividade. Estimativas preliminares da Secretaria do Planejamento (SEPLAN) apontam uma queda de 7,6% no produto comercial para o ano de 1983. Foi no ano de 1980 que, pela última vez, o comércio apresentou taxa positiva de crescimento (8,00%), sendo, nos anos de 1981 e 1982, de -3,7% e de 0% a variação do seu produto, segundo os dados da Fundação Getúlio Vargas. Caso essas estimativas se confirmem, nos últimos três anos a oferta de bens para comercialização estará 17% inferior ao nível verificado em 1980, o que é mais um indicador da profunda recessão em que o País se encontra.

A atividade comercial gaúcha sofre as mesmas consequências verificadas no comércio a nível nacional. Se, no ano passado, a renda interna do setor apresentou uma re-

tração de 5%, em 1983 a mesma sofreu uma queda de 4%.

COMÉRCIO EXTERNO

Até novembro de 1983, a balança comercial brasileira havia alcançado um superávit de US\$ 6,048 bilhões, atingindo, pois, a meta prevista ao final do ano passado. Entretanto, cabe ressaltar, mais uma vez, que tal cifra se deveu não a um incremento substancial nas exportações, mas a uma violenta contração nas importações, cujos reflexos se fizeram sentir na economia como um todo, agravando sensivelmente a recessão em que está mergulhado o País. Haja vista que, enquanto as exportações totalizaram US\$ 19,961 bilhões, apresentando um crescimento de 8,35% em relação ao período janeiro-novembro de 1982, as importações, ao totalizarem US\$ 13,913 bilhões de janeiro a novembro de 1983, caíram 21,85% em relação a igual período do ano anterior.

Dentre as medidas adotadas durante o ano visando alcançar o superávit pré-fixado de US\$ 6 bilhões, a de maior impacto foi sem dúvida a maxidesvalorização do cruzeiro, ocorrida ainda em fevereiro. Do lado das exportações, a valorização do dólar no Brasil serviu para que os produtos manufaturados brasileiros tivessem seus preços rebaixados no exterior, exigindo aumentos substanciais nas quantidades embarcadas para que as receitas totais sofressem aumentos. Uma outra dificuldade enfrentada pelo Brasil nas suas relações com seus parceiros comerciais em 1983 foi o fechamento de vários mercados, não só na África e América Latina - onde a maioria de seus países vem enfrentando crises cambiais semelhantes à brasileira - como até na Europa, para onde as exportações se mantiveram praticamente estáveis, tendo, porém, aumentado sensivelmente para os Estados Unidos e mais brandamente para o Japão.

Enquanto o valor das exportações brasileiras até agosto de 1983 havia aumentado 7,17% em comparação com igual período do ano anterior, as vendas do Rio Grande do Sul para outros países aumentaram em 16,48%. Entretanto, ao

contrário do observado em 1982, quando o Estado apresentou preços médios melhores do que os obtidos pelo Brasil, em 1983 a queda em dólares nos preços dos produtos exportados pelo Rio Grande do Sul foi bem maior do que a nível nacional, especialmente no que se refere aos produtos manufaturados, que tiveram seus preços rebaixados em 49,64%, enquanto, a nível nacional, essa queda foi de 28,15%. Tal fato se deveu, em grande parte, aos efeitos da maxidesvalorização do cruzeiro nas exportações de calçados.

Um outro aspecto geral que também merece destaque no que se refere às vendas do Rio Grande do Sul para o exterior é o substancial aumento nas quantidades de produtos manufaturados exportados pelo Estado (178,57%) até agosto de 1983. Tal fato levou a que as receitas com produtos manufaturados apresentassem um incremento de 40,28%, dando uma falsa idéia de bom desempenho das exportações desses produtos pelo Rio Grande do Sul. O que vale, porém, não é tanto o valor exportado, mas o preço obtido pelos produtos.

Mesmo assim, o estado ainda conseguiu elevar seu percentual de participação nas exportações brasileiras de janeiro a agosto de 1983 em comparação com janeiro a agosto de 1982, passando de 7,44% para 13,13%.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Essa penetração do setor financeiro na economia - intensificada sobretudo a partir de 1967, ocasião em que o processo de fusões entre os bancos passou a ser incentivado pelas autoridades econômicas - avançou vigorosamente ao longo do período conhecido como "milagre econômico". Na medida em que se tornavam mais concentrados, os bancos passaram a atuar sob a forma de conglomerados, participando ativamente de todos os demais segmentos do mercado financeiro, através de seguradoras, financeiras, corretoras, distribuidoras, etc. Essa verticalização do sistema financeiro, ao mesmo tempo em que foi essencial para a obtenção de lucros extraordinários, colaborou decisivamente

para o encarecimento do custo do dinheiro, uma vez que dotou os bancos de maiores condições para a exigência de reciprocidades indiretas (venda de apólices de seguros, ações e outras).

Em um ano marcado por uma inflação ascendente, a manutenção do valor real dos excedentes financeiros foi um privilégio que poucos lograram conquistar. Nesse particular, excluindo as ações e o "overnight", todos os outros tipos de aplicações financeiras tiveram uma valorização inferior à inflação. Nem mesmo o ouro e o dólar no câmbio negro, extremamente rentáveis durante boa parte do ano, conseguiram proteger seus possuidores contra a alta avassaladora dos preços. Apenas no mês de novembro, por exemplo, as cotações do ouro, desvalorizaram quase 2% e o dólar no mercado paralelo acusou uma queda ao redor de 8%.

GOVERNO

Com a finalidade de obter recursos externos para fechar as contas do balanço de pagamentos, o Governo comprometeu-se junto ao FMI, através da 1a Carta de Intenção, a diminuir o déficit público de 13,8% para 7,9% do PIB em 1983. Após a máxidesvalorização do cruzeiro, foram reavaliadas as metas prometidas ao FMI enviada a este organismo uma 2a Carta de Intenção. Nesta o Governo fixava o déficit em Cr\$ 2,8 trilhões para o primeiro trimestre, além de reduzi-lo de 16,9% do PIB em 1982 para 8,8% do PIB em 1983. As metas fixadas nesta segunda carta foram consideradas inexecutáveis. Assim, esse compromisso não foi cumprido, tendo o déficit atingido Cr\$ 3,53 trilhões no primeiro trimestre. O não-cumprimento do acordo fez com que o Fundo não liberasse a segunda parcela de US\$ 400 milhões de empréstimos contratados ao País.

Diante disso, o Governo solicitou ao Fundo revisão nas metas e alterações no critério de apuração do déficit. Porém, com a finalidade de ajustar a economia às exigências do FMI, o Governo efetuou em 09.06.83 um pacote de medidas econômicas, que visaram, fundamentalmente, a reduzir o déficit público. Com as mudanças na área fiscal, o Governo

esperava elevar sua arrecadação em torno de Cr\$ 500 bilhões em 1983.

Com a finalidade de conter os seus dispêndios foram efetuados cortes no investimento global das empresas estatais de 20% em 1983. Esses cortes que vêm ocorrendo desde 1980 vão refletir-se nas encomendas das indústrias de bens de capital. Criou-se, ainda em julho, o expurgo do INPC e alterações na política salarial (Decreto-Lei no 2.045). Após essas alterações, em setembro de 1983 foi assinada uma 3a Carta de Intenção junto ao FMI. Nesta carta o Governo comprometia-se a diminuir o déficit público de 6% do PIB em 1982 para 2,7% em 1983.

Com relação ao desempenho das finanças federais, confrontando-se as receitas e despesas da União constata-se um superávit acumulado de Cr\$ 1.041,9 bilhões de janeiro a outubro de 1983. Esses recursos são repassados para o orçamento monetário e se constituem em fatores de compressão da base monetária.

A situação financeira do Estado do Rio Grande do Sul em 1983 não se alterou substancialmente em relação à existente em anos anteriores. Os problemas resultantes da perda de capacidade de arrecadar devido às isenções fiscais no mercado interno e às exportações, aliados à recessão econômica, fizeram com que a sua principal fonte de recursos, o ICM, tivesse um desempenho desfavorável.

Volume XII - Número 1 - Janeiro/Março 1984

PANORAMA GERAL

Qualquer análise do sistema financeiro, pelo menos da forma como ele é estruturado hoje, deve começar pelas reformas bancárias (1964) e financeira (1965). Através delas foram criadas as condições que permitiram, posteriormente, o desenvolvimento das operações típicas de mercado aberto no País. Dentre estas, sem dúvida, está o instituto da correção monetária que viabilizou a colocação de títulos federais junto ao público, na medida em que os seus possuidores passaram a contar com uma proteção automática contra a

inflação. Também data dessa época a criação das ORTNs, o primeiro título que reunia as características necessárias para ser transacionado no "open market", cujo rendimento introduzia o pagamento da correção monetária mensal.

No Brasil, via de regra, a atuação das autoridades monetárias no "open market" não esteve vinculada à cobertura de déficit de caixa do Tesouro. Pelo contrário, o que tem ocorrido sistematicamente é o inverso, ou seja, são exatamente os superávits do orçamento fiscal que são usados para cobrir o elevado dispêndio representado por resgates de títulos. Não estando ligado ao déficit público propriamente dito, restou ao "open market" fundamentalmente a função de administrar a liquidez da economia.

A proliferação de papéis emitidos pelo Governo na órbita financeira — destituídos de risco, perfeitamente líquidos e altamente rentáveis — acentua o caráter de dualidade presente em tantas outras áreas da economia brasileira. De fato, todos os agentes econômicos passaram agora a se submeter a uma dupla liquidez: monetária e financeira. A liquidez monetária origina-se da quantidade de dinheiro requerida para a circulação corrente da produção; a liquidez financeira decorre da enorme massa de títulos financeiros que circula mais rapidamente do que o próprio dinheiro. A liquidez financeira, estruturada com base em um capital que se valoriza a si mesmo, ao contrário, passa a ser incentivada, quer como desaguadouro para capitais antes destinados a investimentos, quer como refúgio contra a perda do poder aquisitivo do dinheiro.

Um balanço dos três anos de convivência com a crise econômica (1981-83) — período que acusou quedas consecutivas no produto "per capita" — ilustra de forma exemplar esse processo de desmonetização ora em andamento na economia brasileira. Ao final de 1980, a composição dos haveres financeiros registrava uma proporção de 33% para os ativos monetários contra 67% de ativos não monetários, posição que se alterava para, respectivamente, 12% e 88% em dezembro de 1983. Essa sensível modificação, dentro

de um espaço de tempo tão curto, deve ser atribuída fundamentalmente ao crescimento relativo da dívida pública federal, hoje representando ao redor de 20% do valor de todos os bens e serviços que foram produzidos pela Nação no ano passado.

POLÍTICA ECONÔMICA

Nos últimos meses de 1983, assistiu-se a uma verdadeira romaria de ministros brasileiros ao exterior, tentando levantar empréstimos junto aos bancos internacionais que permitissem não só o fechamento do balanço de pagamentos para aquele ano como também o equilíbrio das contas externas para o ano de 1984. Depois de quatro meses de negociações e inúmeros adiamentos, um empréstimo jumbo de US\$ 8,5 bilhões foi fechado com os banqueiros no dia 27 de janeiro de 1984, quando, além dessa quantia, se firmaram mais três linhas de crédito com o exterior, perfazendo um total superior a US\$ 28 bilhões somente com os bancos privados.

Pela nova Carta, revestida de um caráter meramente descritivo, depreende-se que não haverá modificações substanciais nas metas globais fixadas para 1984, e que o programa de ajustamento econômico acertado com o Fundo não se alterou. Na *área monetária*, o Governo renovou o compromisso de manter a expansão dos meios de pagamento e da base monetária em 50% em 1984. Com relação à inflação, além das medidas tradicionais que já vêm sendo postas em prática, ficou decidido que não se adotará qualquer sistema adicional de controle de preços. Já na *área fiscal*, pretende-se que o déficit nominal do setor público caia de 17,9% do PIB em 1983 para 11 a 13% do PIB em 1984, dependendo da taxa de inflação (na Carta anterior a meta era de 9% do PIB), e que o déficit operacional de 2,5% do PIB no ano passado se transforme num superávit de 0,3% do PIB neste ano. No que se refere à *área externa*, a correção cambial acompanhará a inflação medida pelo IGP ajustado. Em relação às contas externas, as previsões são de um saldo de US\$ 9 bilhões na balança comercial, um

déficit de US\$ 5 bilhões na conta de transações correntes e um superávit de US\$ 1 bilhão no balanço de pagamentos para o período 1983/84, bem como um aumento de US\$ 1 bilhão nas reservas brutas.

Entretanto no mesmo documento prevê-se um crescimento zero do Produto Interno Bruto (PIB), numa confirmação das metas extremamente duras a que já vem sendo submetida a economia nacional. Outro aspecto que merece destaque é a nova estimativa para a inflação, visto que o deflator implícito utilizado nas projeções do PIB foi de 176,1%.

AGRICULTURA

O quarto ano consecutivo da maior recessão econômica de que se tem conhecimento na história do País iniciou-se ante a promissora esperança de que a produção nacional de grãos poderia constituir-se em mais uma das esperadas supersafras. Esta expectativa repousa na equivocada concepção de que um bom desempenho individual do setor agrícola seria capaz de propiciar a retomada do crescimento econômico. Em realidade, tal objetivo só poderá ser alcançado mediante a implantação de uma política econômica que privilegie os principais setores produtivos da economia e que defina, entre os diversos segmentos da produção, quais os que deverão ser prioritários de acordo com a orientação que for dada ao novo padrão de crescimento econômico. Com isso, quer-se argumentar que o bom desempenho de um único setor produtivo não-dinâmico não é suficiente para impulsionar a economia como um todo a um nível superior de produção.

A política agrícola não foge a essa regra e tem-se caracterizado, nos últimos anos, pela gradual esterilização de seus tradicionais instrumentos. Por exemplo: os subsídios creditícios para o custeio agrícola foram sendo paulatinamente reduzidos até a extinção completa que ocorreu em 1983; o crédito para investimento, já há vários anos, é tomado a taxas de juros de mercado; os preços mínimos, desde 1982, vêm perdendo sua funcionalidade, uma vez

que a impossibilidade do Governo de realizar operações de Aquisições do Governo Federal (AGF) a níveis superiores às diminutas previsões orçamentárias faz com que os mesmos sejam fixados a níveis inferiores aos preços de mercado; os estoques reguladores têm-se reduzido substancialmente, o que vem neutralizando seus efeitos na regulação de preços na entressafra; e os tradicionais Empréstimos do Governo Federal (EGF), que são recursos liberados para a formação de estoques pelos produtores, tornaram-se absolutamente escassos em 1984.

Todos esses fatores têm feito com que eventuais estímulos à produção agrícola se materializem unicamente através do mercado. Assim, ao se delegar fisiocraticamente à terra e ao clima a função de produzir soluções para os principais problemas econômicos que afligem o País, desobriga-se a política agrícola de cumprir sua real função, qual seja, a efetiva expansão do Setor Primário.

Desde os primeiros anos da denominada "prioridade agrícola", é anunciada pelas autoridades governamentais a possibilidade de ser colhida uma supersafra de grãos, situada em torno de 55 milhões de toneladas. A safra nacional de grãos 1983/84 não deverá ultrapassar 50 milhões de toneladas.

INDÚSTRIA

Após três anos seguidos de recessão havia muita expectativa em torno dos primeiros resultados para a indústria de transformação no ano de 1984. Para alguns analistas econômicos, todos esses anos de crise representaram o mesmo que vários dias para indivíduos que se perdem no deserto. O excesso de provocações costuma levar à criação de miragens, onde se vislumbram luxuriantes oásis com fontes de águas cristalinas. Tendo de concreto apenas as taxas positivas de janeiro e fevereiro, divulgadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP), alguns passaram imediatamente a visualizar a reversão do ciclo recessivo. Além da evidente precipitação de

tais conclusões, o resultado do IBGE relativo ao segundo mês é bastante questionável. As taxas de crescimento que provocaram tanta euforia foram, respectivamente, 2,62 e 11,65% nos meses de janeiro e fevereiro, tendo como base igual mês do ano anterior.

Quanto aos resultados, as observações que se pode fazer são: as taxas em relação as quais são comparados os resultados são negativas, e o tempo para indicar reversão de tendência é muito curto.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A indústria da construção civil experimentou em 1983 uma crise sem precedentes, tanto no segmento da construção pesada como no habitacional, situação que neste primeiro trimestre, no mínimo, não apresentou alteração. Dentre os segmentos desta indústria, o de construção pesada vem sendo, sem dúvida, o mais atingido pelo momento recessivo por que passa o sistema econômico. Os primeiros meses de 1984 trouxeram apenas um agravamento da situação desse segmento da construção.

COMÉRCIO INTERNO

O Saldo do desempenho da atividade comercial em 1983 não poderia ser mais desalentador, já que as vendas foram 7,8% inferiores do que as de 1982, e em todos os segmentos comerciais verificou-se taxas negativas. Apesar da conjugação dos fatores restritivos à atividade comercial — desemprego, elevado custo dos financiamentos e queda do poder aquisitivo da população —, alguns ramos tiveram boa "performance", motivada por particularidades específicas a eles. No segmento bens de consumo duráveis, dois ramos apresentaram desempenhos positivos. As vendas de carros a álcool e o ramo autopeças. Também no segmento bens de consumo semiduráveis verificou-se "performance" positiva em dois ramos. Tanto no ramo vestuário como no de calçados, o acréscimo das vendas refletiu a substituição de produtos — devido ao encarecimento de matérias-primas — por outros de menor valor e mais acessíveis aos consumidores.

Dentro de um contexto nacional nitidamente desfavorável à atividade comercial, o desempenho do comércio varejista no Rio Grande do Sul não poderia apresentar comportamento diametralmente oposto ao verificado no País em 1983. Como reflexo do período contracionista da economia gaúcha, a arrecadação do comércio varejista do Estado (ICM) apresentou uma queda de 8,9% em 1983. As informações relativas às vendas do comércio na cidade de Porto Alegre, segundo o Clube dos Diretores Lojistas, apontaram um faturamento de 18,46% inferior ao obtido em 1982.

COMÉRCIO EXTERNO

No primeiro trimestre de 1984, a medida de maior impacto no setor foi a eliminação da centralização cambial, cuja vigência se estendeu de 1º de agosto de 1983 até 18 de março de 1984. Segundo as autoridades econômicas, o fim da medida deveu-se ao "desafogo cambial" do País diante de um menor déficit na conta de transações correntes em 1983, a qual se situou US\$ 1,4 bilhão abaixo do previsto, e à liberação de parte dos recursos contratados com o FMI e com os banqueiros internacionais.

Os resultados da balança comercial, de janeiro a março de 1984, considerando-se apenas o saldo, não podem ser considerados ruins, pois o Brasil já acumulou, nesse período, um superávit comercial de US\$ 2,439 bilhões. Do total exportado até março, apenas 30,7% constituiu-se de produtos básicos, sendo que os industrializados responderam por 69,3%. Também a meta de importações embutida nos planos do Governo para se alcançar um superávit comercial superior a US\$ 9 bilhões esbarra em algumas dificuldades. O nível de US\$ 15,5 bilhões atingido em 1983 e previsto para 1984 pode levar a um arrocho da economia sem precedentes na história do País. Trata-se de uma redução de 20,6% em comparação com 1982 e de um recuo a um patamar próximo ao de 1978.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A asfixia de crédito sentida pelas empresas neste início de ano é o resultado da conjugação de dois fatores: primeiro, do comprometimento do Governo com um rígido progra-

ma de contenção monetária; e, segundo, de uma estimativa oficial equivocada acerca da queda da inflação em 1984. Na fixação das metas de crescimento do crédito, as autoridades monetárias seguiram à risca a orientação do FMI de *cutar pela metade* a expansão registrada no ano anterior, o que parece ser um conselho padronizado para todas as economias submetidas à intervenção daquele organismo internacional.

Com a inflação correndo a uma velocidade de 230% ao ano, poucas são as alternativas de aplicação de poupanças que ainda conseguem acompanhá-la. Ao encerramento do primeiro trimestre de 1984, apenas os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e as tradicionais cadernetas de poupança haviam conseguido lograr esse objetivo, evitando perdas reais de renda aos seus detentores. Curiosamente, reforçando o caráter volátil do mercado financeiro, foram justamente as opções mais valorizadas no ano passado — ações, ouro, dólar no "black" — que mais sofreram erosão de rendimentos neste princípio do ano.

GOVERNO

O País, ao recorrer ao FMI em 1982 para obtenção de empréstimos com vistas a ajustar suas contas externas, comprometeu-se a diminuir substancialmente o seu déficit público, o qual em 1983 deveria ser reduzido em 50% e ser totalmente eliminado em 1984. Segundo o pensamento dos técnicos do FMI, o setor público efetua gastos em demasia, o que alimentaria o processo inflacionário. Por este diagnóstico, torna-se necessário reduzir o dispêndio público, o que o Governo tem efetuado via contração das despesas das empresas estatais, redução dos subsídios diretos, eliminação dos subsídios ao crédito e contenção dos dispêndios a cargo da União.

Para diminuir o déficit público, o Governo adotou diversas medidas em 1983, contraindo despesas e elevando receitas para controlar o aumento da dívida nas suas diferentes esferas. Como consequência, o déficit público operacional, que alcançou 6,6% do PIB em 1982, caiu para 2,5% do

PIB em 1983, percentual menor do que o programado que era de 2,7% do PIB, enquanto que o déficit nominal atingiu Cr\$ 23.604 bilhões em 1983 de uma previsão de Cr\$ 24.600 bilhões. No que se refere ao primeiro trimestre de 1984, a meta de reduzir o déficit público para Cr\$ 1,3 trilhão até o final de março foi cumprida.

Volume XII - Número 2 - Abril/Junho 1984

POLÍTICA ECONÔMICA

A aversão despertada pela palavra monetarismo na maioria das pessoas, mesmo dentre aquelas que desconhecem quem seja Milton Friedman ou sequer ouviram falar da chamada "Escola de Chicago", decorre de uma questão eminentemente prática: o rastro deixado atrás de si pelas políticas econômicas que seguem a orientação monetarista, em termos de diminuição da produção e aumento do desemprego, transformando-as em um foco de insatisfações sociais nos países em que são praticadas. Não foi outro o sentimento dominante quando da concretização do Acordo Brasil-FMI, visto que o Fundo Monetário Internacional tradicionalmente tem-se colocado como um incansável "guardião" da tradição monetarista.

Desde logo é preciso ter presente que o elo de ligação entre as políticas recomendadas pelo Fundo a qualquer futuro candidato a um empréstimo chama-se austeridade. Com efeito, a concepção dominante entre seus técnicos é a de que se um país tem problemas de balanço de pagamentos é porque "está vivendo acima de suas posses", o que equivaleria a dizer que existe um nível de demanda interna superior à disponibilidade de recursos de que é capaz de produzir. Daí decorre a inevitável conclusão de que o caminho para a redução do déficit externo passa necessariamente por um reenquadramento do perfil da demanda a um padrão mais baixo.

O certo é que de nada adiantou fantasiar a realidade, já que as metas de crescimento esperadas, tanto para a base

monetária como para os meios de pagamento, foram sendo sistematicamente excedidas (tendo sido a defasagem de um mês, entre o "estouro" de uma e outra, o único ganho aparente). Uma das principais causas para esse fracasso decorre, paradoxalmente, do sucesso obtido na área do comércio externo; nesse aspecto, acima das próprias expectativas do FMI. Acontece que os sucessivos superávits da balança comercial têm-se constituído num forte fator de aumento de liquidez, na medida em que o sistema monetário passou a ser continuamente irrigado por cruzeiros originados pela conversão dos dólares das exportações.

Apesar desse contratempo, graças ao êxito nas contas externas, foi possível cumprir com folga a meta estabelecida pelo FMI como principal "critério de performance" do controle monetário doméstico — o crédito interno líquido. Dessa maneira, foi possível recompor a posição das reservas externas líquidas (fortemente negativas em dezembro de 1983), viabilizando alcançar superávits de mais de um trilhão de cruzeiros em relação ao teto acertado com o FMI, já a partir do primeiro trimestre de 1984.

AGRICULTURA

À medida que se aprofunda a recessão econômica nacional, crescem no Rio Grande do Sul os movimentos reivindicatórios das diferentes categorias de produtores rurais. Todos esses movimentos, que começaram a eclodir de maneira mais organizada a partir de 1980, têm um alvo comum: a desastrosa condução da política econômica governamental para o setor agrícola. Esta, segundo a quase totalidade dos produtores rurais, além de vir desestimulando a produção agropecuária nacional, impede que sejam alcançados preços justos e remuneradores para os agricultores. E aí reside o fulcro da questão: enquanto nos anos 60 os principais movimentos sociais no campo gravitavam em torno da luta pela terra, nos últimos anos o que caracteriza tais movimentos é a luta por preços. Não se quer com isso minimizar a importância de temas relacionados à rediscussão da questão fundiária e da distribuição da propriedade agrícola,

mas ressaltar que tais temas são incapazes de unir toda a classe rural em uma só voz, como o faz atualmente a reivindicação por preços remuneradores para seus produtos.

Os prognósticos de produção realizados pelo GCEA/IBGE durante o mês de junho de 1984 previam para as culturas de arroz, milho, soja e feijão uma safra estimada em 12,2 milhões de toneladas. Tal previsão, se comparada com os resultados alcançados com a relativamente frustrada safra 1982/83, reflete uma variação positiva da ordem de 13,8%. Ainda que estas estimativas, do ponto de vista físico, possam ser consideradas bastante satisfatórias, demonstram uma pequena queda de produção oriunda das cheias que afetaram principalmente as culturas de milho e soja. Tal queda, entretanto, foi de pequena monta, o que não influiu significativamente sobre a magnitude dos prognósticos globais de produção.

A recessão econômica que assola o País vem atingindo duramente a pecuária gaúcha que, ano após ano, vem reduzindo o plantel de seus efetivos para todas as categorias de animais. A brutal queda do poder aquisitivo da população, a explosiva elevação nos preços dos principais insumos e o descompromisso governamental com eventuais estímulos à produção pecuária dão a tônica das dificuldades enfrentadas pelo setor. Todos os indicadores referentes ao comportamento da pecuária gaúcha refletem redução no nível das atividades.

INDÚSTRIA

A análise dos resultados obtidos pela indústria de transformação brasileira, a partir de janeiro de 1984, requer necessariamente o ingresso na controvérsia da recuperação. A afirmação de que estaria ocorrendo uma retomada do crescimento tem-se fundamentado nos índices fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Objetivamente, esses números mostram que a produção física da indústria de transformação brasileira, de janeiro a maio de 1984, foi 3,47% maior do que em igual período do ano anterior. Para a avaliação correta desses resultados é

necessário estabelecer alguns pressupostos. O primeiro é que esse índice é comparado a três períodos anteriores em que se sucederam profundas quedas na produção: -1,59% (jan.-maio/1981); -5,2% (1982) e -6,28% (1983). Portanto, o atual nível de produção é inferior ao de 1981, quando já se verificava queda na produção. A segunda observação é que após o saldo positivo, assinalado no mês de fevereiro, os índices voltaram para os níveis de janeiro, permanecendo em torno desse ponto até maio.

Considerando-se "recuperação" como o início da inversão do ciclo recessivo, ou seja, como o momento em que a curva descendente encontrou o seu ponto de inflexão (o famoso "fundo do poço"), as variáveis que precisam ser consideradas são o investimento e o emprego. Isso porque em condições de desemprego é perfeitamente possível que a produção cresça aproveitando a capacidade instalada já existente, aumentando ao máximo a produtividade do trabalho e, mesmo, contratando um pequeno percentual da mão-de-obra que já foi demitida em períodos anteriores. Uma recuperação duradoura e efetiva ocorre em condições de ampliação e modernização da capacidade instalada e de absorção de novos contingentes de empregados. As informações contidas na Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação Brasileira, da Fundação Getúlio Vargas, revelam que o investimento privado continua em franco decréscimo. Portanto, se o investimento e o emprego continuam em queda, a economia não está-se recuperando.

No que se refere especificamente aos bens duráveis de consumo, sua produção reduziu-se em 5,01 pontos percentuais de janeiro a maio de 1984, passando assim a ser o setor que pior desempenho obteve no período em análise. No caso da indústria de bens de capital, a ampliação de sua produção foi causada exclusivamente pelo crescimento de tratores e máquinas agrícolas e caminhões, cujo motivo, indiretamente, foram as exportações. Os demais segmentos da indústria de bens de capital continuaram em queda, refletindo a redução dos investimentos públicos e privados. A

produção de bens de capital sob encomenda deverá cair em 10,7% em 1984, a ociosidade evoluiu de 65 para 70% de dezembro de 1983 a 31 de março de 1984. Finalmente, a indústria de bens intermediários cresceu muito, sendo este o setor mais beneficiado pelas exportações. Prova disso são os percentuais atingidos pelas indústrias metalúrgicas; papel e papelão; e química que foram as que mais ampliaram suas vendas ao Exterior.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A permanência da crise na indústria da construção civil, que experimentou em 1983 a maior redução de atividades de todos os tempos, foi visível neste primeiro semestre de 1984. Afinal não poderia ser diferente, uma vez que todos os fatores limitantes à atividade do setor se mantiveram ou até mesmo experimentaram um agravamento. Com relação ao segmento da construção pesada, esta vem-se ressentindo há vários anos da queda dos investimentos tanto públicos como privados. Em 1983, o volume de investimentos das estatais sofreu um drástico corte da ordem de 31%, fruto do programa de estabilização que previa um decréscimo de 50% no déficit público, o que se constituiu em um duro golpe na demanda das construtoras.

COMÉRCIO INTERNO

Após acrescentar uma queda acumulada de 7% no seu produto nos últimos três anos, a atividade comercial aboliu de vez esperança de que, no ano de 1984, pudesse haver a reversão da tendência contracionista. Isso porque os indicadores relativos às vendas do comércio varejista estão a refletir o agravamento do movimento recessivo. Segundo o Conselho de Desenvolvimento Comercial que elabora o Indicador do Nível de Consumo (INC), as vendas até abril apresentaram uma queda de 11,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse modo, já são 12 meses consecutivos em que a atividade comercial mostra taxas negativas de crescimento.

O comércio interno do Estado também apresentou retração nas suas vendas, no segundo trimestre de 1984.

Exemplo disso é a arrecadação do ICM do comércio varejista do Estado no primeiro semestre que se apresentou 21,4% inferior a do mesmo período de 1983. As vendas até o mês de maio tiveram uma queda de 32,11%, e sequer as deste mês — segundo maior pico de vendas do ano — foram capazes de repetir o mesmo faturamento de 1983.

COMÉRCIO EXTERNO

A questão do endividamento externo dos países do Terceiro Mundo, especialmente da América Latina, onde se concentram os maiores devedores, vem tomando vulto nos últimos dois anos, face ao agravamento da crise de liquidez no sistema financeiro internacional. Até esse momento, era relativamente fácil para esses países rolarem suas dívidas através de novos empréstimos. Mas, a partir de setembro de 1982, com o pedido de moratória feito pelo México, o que se viu foi uma violenta contração nos empréstimos em moeda feitos pelos bancos privados aos países devedores, tentando com isso evitar riscos maiores.

As consequências dessa dificuldade em se captarem novos recursos logo se fizeram sentir. Muitos países que até então não haviam recorrido ao FMI tiveram de fazê-lo, como foi o caso, por exemplo, do Brasil e do México, detentores das duas maiores dívidas externas do mundo.

O bom desempenho da balança comercial brasileira continuou sendo o assunto de maior destaque no que se refere às contas de comércio do País. Com um superávit em torno dos US\$ 6 bilhões apenas no primeiro semestre do ano, a meta fixada em fim de 1983 de um excedente das exportações sobre as importações no valor de US\$ 9 bilhões para 1984 está em vias de se concretizar, podendo mesmo ser ultrapassada até o final do ano. Porém, apesar de o comportamento das vendas externas ter melhorado bastante em relação ao ano passado, a causa principal desse superávit continua sendo a severa contração das importações, que vem-se verificando desde 1981, estando, atualmente, em níveis inferiores aos registrados antes do segundo choque do petróleo (fins de 1979). Considerando-se as com-

pras externas, excluído o petróleo, verifica-se que a queda nos demais itens importados foi ainda mais acentuada.

Enquanto as exportações brasileiras apresentaram um crescimento de 21,47% no período de janeiro a abril de 1984 em comparação com igual período do ano anterior, as vendas externas do Rio Grande do Sul elevaram-se em apenas 4,53%, fazendo com que o percentual de participação do Estado nas exportações globais do Brasil fosse de 9,19% contra os 10,68% registrados nos primeiros quatro meses do ano passado.

Em 1983, o Rio Grande do Sul foi o principal Estado responsável pela geração do superávit brasileiro nas exportações, com uma participação de 12,15%. Neste ano, porém, o crescimento das vendas externas gaúchas não vem acompanhando o desempenho a nível nacional e, apesar das expectativas de que essa posição de liderança seria mantida, tudo leva a crer que haverá uma queda no percentual de participação do Estado devido à má "performance" das exportações dos produtos básicos.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Depois de castigar implacavelmente todos os setores produtivos ao longo dos três anos em que se instalou no País, a crise econômica começa agora a voltar-se contra o setor financeiro, até então o único segmento que não só parecia invulnerável às suas consequências como, eventualmente, se beneficiava às custas dos demais setores econômicos. Ainda não se pode dizer que o setor como um todo tenha sofrido perdas irremediáveis, mas se pode concluir, com base no fechamento dos balanços de 1983, que existem sinais suficientemente claros de que os ventos começam a soprar em sentido contrário.

Paralelamente, no interior do mercado financeiro, duas circunstâncias começaram a conspirar contra a manutenção da rentabilidade do setor: o encarecimento do custo de captação, pela necessidade de remunerar seus depositantes num período de inflação ascendente; e a elevação dos índices de inadimplência por parte das empresas mais frágeis.

No primeiro caso, estreitaram-se os "spreads" operacionais, isto é, a diferença entre os custos de captação e aplicação dos bancos; e, no segundo caso, cresceram em escala quase geométrica os casos de créditos em liquidação nas suas carteiras de empréstimos.

Todos aqueles que conseguiram defender o valor real de seus excedentes financeiros no decorrer dos primeiros seis meses do ano parecem ter pautado a sua conduta com base numa única certeza: a de que a inflação, em que pese os prognósticos otimistas, dificilmente iria cair. Quem apostou ao contrário deve ter-se arrependido amargamente. Para chegar a essa conclusão, basta fazer um breve inventário do comportamento das principais aplicações financeiras, ocasião em que se identifica, de imediato, as operações vinculadas à correção monetária (pós-fixadas) como as mais rentáveis.

GOVERNO

Analisando-se os principais impostos a cargo da União, pode-se observar um declínio na arrecadação da maioria deles. O recolhimento do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) registrou uma queda real de 30,60%. Este imposto, além de sofrer o impacto da recessão, ainda deduz de sua receita o crédito-prêmio das exportações, o que diminui sua arrecadação líquida. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) decresceu 37,05% de janeiro a maio de 1984, comparando-se com idêntico período do ano anterior. Este imposto, desde 1983, vem declinando em razão da queda do valor das importações tributadas, bem como da redução de sua alíquota incidente sobre operações de crédito. Um dos únicos a apresentar resultado positivo foi o imposto sobre as exportações que registrou um crescimento real de 98,33% no período, como reflexo do excelente desempenho das exportações.

A receita tributária só não obteve resultado mais desfavorável devido ao comportamento do Imposto sobre Renda (IR) que, com sua participação expressiva no total, 40,3%, apresentou um acréscimo real 9,98% nos primeiros cinco

meses do ano. Esta taxa é bem inferior àquela apresentada no primeiro bimestre de 1984 quando, em virtude das antecipações do pagamento do IR-pessoa jurídica, este imposto revelou um excepcional crescimento.

A principal fonte de recursos do Estado é o ICM. Esse imposto, que representou no primeiro semestre 64,97% da receita, experimentou uma queda real de 12,17%. À medida que o ICM é um dos indicadores do nível de atividade econômica, reflete a desaceleração por que passa a economia gaúcha. Além disso, as isenções desse imposto existentes para os mercados externo e interno reduzem a sua arrecadação. Estima-se que neste ano o Estado vai deixar de arrecadar em torno de Cr\$ 1,2 trilhão como resultado dos benefícios e estímulos fiscais concedidos. Ressalte-se, todavia, que a arrecadação do ICM, apesar de apresentar taxa negativa, vem desacelerando sua queda real, mensalmente, desde fevereiro de 1984.

Volume XII - Número 3 - Julho/Setembro 1984

POLÍTICA ECONÔMICA

Tendo transcorrido mais de um ano e meio desde que o Brasil recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e que seguiu a política apregoada pelo mesmo, são, todavia, desastrosos os resultados auferidos presentemente no controle inflacionário. O mês de setembro fechou com a estimativa de 10,5% de inflação ao mês e com a taxa acumulada no ano de 136,8%, o que permite visualizar uma inflação de 210% em 1984. Assim, a conclusão a que se chega é de que ou o receituário do Fundo não foi efetivamente aplicado, o que a realidade parece desmentir, ou a inflação brasileira está revestida de mecanismos que tornam inócuas as medidas assumidas para freá-la. Esta segunda hipótese reascendeu a polêmica da desindexação da economia brasileira, principalmente depois que o próprio FMI abordou o assunto.

Os defensores da desindexação acreditam que a economia fortemente indexada, ou seja, com os reajustes de preços corrigidos por índices com base na inflação passada,

como é o caso, dê à inflação uma dinâmica própria. Logo, a solução seria retirar este componente da inflação brasileira, que proporciona a ela uma rigidez que impede o movimento descendente, ainda que seja aplicado com extremo vigor o monetarismo ortodoxo do programa do FMI.

O debate sobre a eliminação desses índices ficou animado nos meios econômicos e políticos, especialmente pela proximidade de mudança de governo, quando, então, são elaborados os programas que nortearão os candidatos à sucessão presidencial. Foi mencionada uma série de propostas contendo as fórmulas de como proceder uma desindexação que, de uma maneira sucinta, se pode dividir em dois grupos. Em um deles estão os que são favoráveis a fórmulas parciais de desindexação por acarretarem riscos mais brandos. No outro grupo estão os que apregoam mudanças bem mais radicais, que vão desde as propostas extremas, como a de desindexação total a partir de uma determinada data batizada como o "Dia D", ou, ainda, as propostas de desindexação total, mas com administração de preços. Dentro do mesmo tema, considerando os índices como componente inflacionário, há quem chegue a pensar numa solução também radical, mas inversa àquelas recém-citadas - a indexação total de preços com um novo padrão monetário, talvez a ORTN substituindo oficialmente o cruzeiro. Defendem a completa vinculação de preços, salários e rendimentos à correção monetária para "neutralizar" a inflação.

AGRICULTURA

Em realidade, o elenco de medidas tomadas pelo CMN na reunião de 1º.08.84 apenas sanciona o objetivo posto em prática há três anos pelo atual Governo. Esse objetivo, em conformidade com os preceitos teóricos do FMI, é o de promover um crescente "descompromisso" governamental com o setor primário, delegando todo e qualquer estímulo eventual ao livre jogo das forças de mercado. Nesse sentido, para o plantio da safra 1984/85 o Governo optou por um redirecionamento maior do crédito rural através do mercado

financeiro privado, evitando pressões adicionais sobre a já reduzida oferta de crédito oficial. Com isso, o crédito agrícola para o custeio da safra 1984/85 estará relativamente disponível nos bancos, mas com exorbitantes taxas de juros de mercado.

O segundo "pacote" de medidas com vistas ao plantio da safra 1984/85 foi definido em reunião do CMN de 21.08.84 e teve por objetivo limitar o raio de ação governamental na fase de plantio e comercialização da mesma. Nenhuma medida de política econômica com vistas a plantio da safra 1984/85 chegou a atuar com efetivo estímulo no sentido de reativar a produção agrícola regional e nacional.

As previsões da safra nacional de grãos realizadas pelo IBGE até o mês de junho estimavam um resultado relativamente satisfatório da produção colhida em 1984 se comparada com o desempenho da safra anterior. Isto se deve ao fato de que os níveis de produção desta última foram duramente afetados por problemas climáticos - enchentes no Sul e seca no Nordeste - que impediram a produção nacional de superar a reduzida marca de 44,2 milhões de toneladas, uma das mais baixas dos últimos anos. Com efeito, enquanto a CFP estima uma produção nacional de grãos de 48 milhões de toneladas (FSP, 11.7.84, p. 42), o IBGE estima que podem ter sido colhidas 48,4% milhões de toneladas, quantias muito inferiores à meta de 55 milhões de toneladas. O "ranking" nacional da produção de grãos continua sendo liderado pelo milho (21,2 milhões de toneladas), seguido pela soja (15,5 milhões de toneladas), arroz (8,9 milhões de toneladas) e feijão (2,6 milhões de toneladas). A produção nacional de trigo deverá situar-se em torno dos 1,7 milhões de toneladas previstos em julho.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, estima-se que a safra 1983/84 de grãos - incluindo arroz, milho, trigo, feijão e soja - alcance 12,7 milhões de toneladas, o que equivale a 25,2% da safra nacional.

INDÚSTRIA

Em 1984, efetivamente ocorreu uma certa retomada do

crescimento industrial. No acumulado janeiro-julho, a produção cresceu 5,36% em relação a igual período do ano anterior. No entanto, é possível observar-se que se trata de um crescimento extremamente modesto, pois é comparado a três períodos (de janeiro a julho) consecutivos de profundas quedas na produção: -4,65% (1981), -2,84% (1982) e -7,70% (1983).

O pior resultado localizou-se em bens duráveis de consumo e o melhor em bens intermediários, o que encontra a mesma explicação: os bens intermediários foram os mais exportados, e os bens duráveis são os que mais dependem do mercado interno, especialmente das rendas médias e altas. A produção dos não duráveis, também dependentes do mercado interno, não declinou mais porque estes incluem importantes itens exportáveis, como café, açúcar e calçados.

No Rio Grande do Sul, os indicadores industriais para o primeiro semestre revelam que o crescimento vem-se dando de forma ainda mais lenta do que no resto do País. As vendas industriais - apesar do crescimento das exportações - declinaram em 6,54% devido à forte contração de mercado interno.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A queda na demanda por imóveis tem sido tão grande que a indústria da construção no Rio Grande do Sul está trabalhando com níveis de ociosidade superiores a 50%, causando a eliminação de empresas tradicionais no setor e propiciando índices muito elevados de desemprego. Basta ver que, de dezembro de 1982 até agosto de 1984, houve um decréscimo de 64% no número de empregados na construção, segundo indica uma pesquisa do Sindicato das Indústrias da Construção Civil.

Ao que parece o BNH conseguirá ao menos evitar a bancarrota por ora, transferindo para o próximo Governo a tarefa de redefinir toda uma política habitacional, sem a qual o sistema tal como está entrará fatalmente em colapso e com ele toda a indústria da construção civil.

COMÉRCIO INTERNO

Apesar da euforia de alguns analistas econômicos sobre a recuperação da economia, os dados relativos ao desempenho do comércio varejista apontam em sentido contrário. No primeiro semestre, as vendas apresentaram uma retração de 10,8% em relação ao mesmo período do anterior, que já estava abaixo da "performance" de 1982. Percebe-se que somente os segmentos industriais ligados à exportação apresentaram taxas positivas de crescimento, mas que, no entanto, não foram suficientes para injetar estímulos para o restante da economia.

O segmento de bens de consumo duráveis apresentou uma queda em suas vendas de 13,2%, sendo que, além do arrocho salarial, o custo dos financiamentos atuou de forma constritora sobre esse segmento. As maiores retrações ocorreram nos ramos concessionárias de veículos e móveis e decorações.

A comercialização do segmento de bens de consumo semiduráveis sofreu uma retração de 4,1%, onde somente as vendas do ramo vestuário apresentaram resultado favorável durante o período. No ramo calçados, pode-se constatar a existência da dicotomia entre o mercado interno e o externo. As vendas no comércio varejista de calçados apresentaram uma queda de 12,9% no primeiro semestre, enquanto a produção industrial teve um crescimento de 9,4% no mesmo período motivada pela demanda externa que deve apresentar um incremento de 30% até o final do ano.

Os mesmos efeitos recessivos que afetaram o setor a nível nacional restringiram a "performance" do comércio varejista do Estado. Exemplo disso é o decréscimo de 18,6% observado na arrecadação do ICM do comércio varejista no período de janeiro a agosto, quando comparado com os oito primeiros meses do ano anterior. Durante o mesmo período, o faturamento total do comércio apresentou um declínio de 27,11%, sendo de 29,96% nos bens de consumo duráveis e de 24,27% nos de consumo não duráveis.

COMÉRCIO EXTERNO

Até setembro, o superávit na conta de comércio brasileiro já havia alcançado um total de US\$ 9,7 bilhões, superan-

do a meta do início do ano (US\$ 9,1 bilhões). No início de setembro, o Governo reviu oficialmente suas estimativas, passando a calcular o saldo da balança comercial em US\$ 11 bilhões, e tudo parece indicar que o mesmo será facilmente alcançado. Essa cifra dá a medida do que foi conseguido pelo País num curto espaço de tempo, o que somente poderia ser feito com grandes sacrifícios sociais, visto que além da diminuição nas importações, o aumento nas exportações tem sido feito à custa de subsídios com custos para toda a sociedade.

As exportações gaúchas até julho já haviam alcançado a cifra de US\$ 1,668 bilhões, indicando uma elevação de 6,02% em relação a igual período do ano anterior, enquanto as quantidades exportadas caíram em 26,28% no mesmo espaço de tempo. Dos produtos exportados pelo Estado, a soja e derivados continua sendo o mais importante.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Ao fazer valer sua autoridade, abarrotando o mercado com seus títulos, o setor público acabou por se transformar numa autêntica "bomba de sucção" dos recursos da órbita privada. Como é fácil deduzir, a escassez de dinheiro e a alta dos juros no mercado financeiro são uma decorrência lógica desse estado de coisas. Mas esse movimento, perfeitamente previsível, não é único no segmento de captação. Existe também uma tendência - exacerbada em função do momento de transição política - de fuga das aplicações de renda fixa em direção às alternativas de renda variável. O resultado disso tudo é um arrocho de liquidez maior do que o suscitado pelo movimento inicial, cujos reflexos altistas sobre as taxas de juros reais funcionarão como um amortecedor automático da atividade produtiva, fazendo desvanecer o sonho de uma recuperação econômica auto-sustentada.

GOVERNO

O FMI exigiu nesta 6a Carta um maior rigor para o setor público. O déficit público nominal (que inclui a correção monetária e a cambial) foi reavaliado, considerando-se uma

nova expectativa inflacionária de 194% - já subestimada -, devendo alcançar 17,8% do PIB no final do ano. Da mesma forma, o Governo elevou a estimativa do superávit operacional do setor público de 0,3% do PIB para 0,55%. Para cumprir essa exigência, o Governo terá que contrair ainda mais as despesas públicas, uma vez que, pelo lado da receita fiscal, as opções de aumento são reduzidas. Além do que, todo excesso de arrecadação existente servirá para diminuir o déficit público. Isso já está ocorrendo, como pode ser visualizado através do exame do resultado entre a receita e a despesa do Tesouro Nacional que revela um superávit acumulado de Cr\$ 2.543 bilhões de janeiro a agosto de 1984.

O quadro das dificuldades financeiras do Estado neste terceiro trimestre agravou-se em relação aos períodos anteriores. A situação ficou tão crítica que houve até necessidade de atrasar o pagamento do funcionalismo neste período. Uma das solicitações do Estado para dirimir o problema financeiro foi o pedido de autorização à SEPLAN para a emissão de ORTEs já aprovada pela Assembléia Legislativa. Ocorreram, em julho, alterações nos prazos de recolhimento do ICM, cuja cobrança, que antes era efetuada com prazo de um mês, passará a ser quinzenal a partir de agosto.

Volume XII - Número 4 - Outubro/Dezembro 1984

PANORAMA GERAL

Contrariando as perspectivas sombrias do ano passado para 1984, este encerrou coroado por certos êxitos no campo econômico, chegando a ser apontado por alguns como o ano do "início da recuperação". Esta recente expansão do setor real da economia contrasta com a política econômica que, em sintonia com as rigorosas metas acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), continuou cada vez mais recessiva, como estratégia para combater a inflação. Ironicamente, a inflação em 1984 foi a grande mácula - 223,7% no ano - comprometedora dos bons números com que a economia fechou o ano, revelando no desempenho da balança comercial seu maior êxito, cerca de 13 bilhões de

dólares, o que implicou expressiva redução no déficit em conta corrente.

Essa retomada das atividades da economia brasileira nos primeiros meses do ano, estava bem polarizada nos segmentos industriais voltados à exportação, mas, ao final do ano, havia claras indicações de que essa melhora já soprava sobre o mercado interno em razão da redução do desemprego e de um certo abrandamento na política salarial. Todavia é preciso cautela com o euforismo por essa recuperação, porque, embora ela seja, indiscutivelmente, uma realidade, é, entretanto, parcial.

Por exemplo, comparando-se os resultados de 1984 com os de anos anteriores, fica evidenciada a debilidade da economia brasileira: segundo os cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a estimativa de crescimento do PIB foi ao redor dos 4%, porém, em termos reais, está situado a um nível abaixo do PIB de 1980, sendo que a produção industrial não atingiu os níveis de 1979 e a renda "per capita" está próxima da de 1978.

A observação das taxas expostas indica que os números estimados pelas diferentes instituições não apresentam discrepâncias fundamentais, ao menos no que tange às taxas globais às dos setores agrícola e industrial. As primeiras situam-se entre 4,0 e 5,0%, enquanto para a agricultura e a indústria, "grosso modo", pode-se dizer que se encontram entre 4,0 e 4,5% e entre 6,0 e 7,0% respectivamente.

Verifica-se que o crescimento positivo da Renda Interna estadual, estimado a nível de 0,4%, além de muito baixo, foi devido exclusivamente ao comportamento do setor industrial que sozinho contribuiu com 1,23% para a formação da taxa global. Já os setores agrícola e de serviços contribuíram com -0,83% e -0,04% respectivamente. Com base no acima comentado, pode-se afirmar que o comportamento da economia regional em 1984 foi melhor do que no ano anterior, embora seja apressado falar-se em recuperação no que tange à economia estadual.

O ano de 1984 foi pródigo em gratas surpresas (e algu-

mas decepções) para a sociedade brasileira. A população do País acordou de um longo período de letargia para ocupar as ruas e praças das principais cidades do País, exercendo sua cidadania na formidável campanha popular pelas Diretas-já. Ao mesmo tempo em que o amarelo iluminava as ruas, nas salas de aula e gabinetes, onde se faz o pensamento econômico brasileiro, tinha início uma grande controvérsia que ocupou por bastante tempo as seções de economia dos principais órgãos da imprensa brasileira. Acontece que os resultados levados a público pelo IBGE, pela FIEESP, FGV e vários outros regionais, que realizam acompanhamento sistemático da conjuntura econômica, indicavam uma inflexão no movimento descendente que apresentavam, desde 1981, os índices da produção industrial do Brasil.

Para avaliar-se o atual processo de recuperação da economia brasileira e julgar da possibilidade de este dar lugar a um novo surto de crescimento, é preciso antes fazer-se uma rápida digressão sobre o processo de modificação da divisão internacional do trabalho que tem lugar a partir dos anos 70, processo do qual o Brasil é um dos principais protagonistas.

POLÍTICA ECONÔMICA

A questão que se coloca hoje é por que a inflação não cai apesar de todas as medidas recessivas adotadas nos últimos anos. Na ausência de excesso de demanda, de choques cambiais via maxidesvalorização e com salários reais decrescentes, o diagnóstico corrente é de uma inflação inercial decorrente do mecanismo de indexação. Em face disso, a desaceleração das taxas de inflação só parece viável com a conjunção de medidas de política econômica que levem em consideração os mercados interno e externo, fixando assim, junto ao FMI, metas mais consistentes e adaptadas à atual situação econômica.

A proposta que ganha mais adeptos e tem gerado a maior quantidade de críticas é a formulada por André Lara Rezende e endossada por Mário Henrique Simonsen que sugere a indexação total da economia através da criação de

uma nova moeda, chamada pelo último de Unidade Monetária Brasileira (UMB). Essa proposta tem como pressupostos que: as políticas monetária e fiscal se acham sob controle; a natureza da inflação brasileira é inercial; e, portanto, um "choque ortodoxo" ou uma desindexação generalizada seriam desestabilizadores da economia. A partir de determinada data, introduz-se a nova moeda (UMB), de emissão governamental, que, durante certo tempo, conviveria com o antigo cruzeiro. Convém enfatizar que, para que a reforma monetária resulte em queda ou até mesmo na manutenção do patamar inflacionário, é necessário, em primeiro lugar, que os reajustes de preços se façam pelas médias reais e não pelos picos e, em segundo, que a introdução da nova moeda não eleve a taxa da inflação em cruzeiros.

Pelas características do capitalismo brasileiro, é impossível pensar-se em um novo surto de crescimento que não seja impulsionado por um plano de desenvolvimento implementado pelo Estado. Esse plano deverá englobar a eleição de prioridades, o estabelecimento de um setor-pólo do crescimento com as políticas de incentivo e financiamento e a participação direta do Estado através de seus investimentos e do direcionamento do setor produtivo estatal às metas do plano.

O atual processo de transição do regime político tem dois tipos de efeito sobre os rumos da economia nacional. De um lado, como resultado mesmo da transição, dificilmente o novo Governo terá como criar as condições para uma imediata superação dos obstáculos ao crescimento. Antes disso, deverá, por algum tempo, ficar absorvido com a recuperação dos instrumentos de política econômica que a crise deixou comprometidos, com a recuperação das finanças públicas, com o controle da inflação e com a negociação da dívida externa. Por outro lado, com o crescimento da participação política que o regime democrático trará, o próprio sentido do plano merecerá exaustiva discussão. É certo que as demandas sociais, relegadas ao longo da história econômica do Brasil que conviveu sempre com a concentração da renda e a exclusão, vão-

se fazer presentes, pressionando os rumos dos debates.

AGRICULTURA

Um dos assuntos que dominou o noticiário econômico em 1984 no que diz respeito aos rumos da agricultura brasileira conduziu a uma preocupante constatação: há pelo menos cinco anos, a produção nacional de grãos encontra-se virtualmente estagnada. Tal constatação paradoxalmente coincidiu com o período histórico em que a agricultura brasileira se valeu da condição de atividade prioritária a nível do discurso oficial do Governo Federal. A meta de elevar a produção nacional de grãos acima de 55 milhões de toneladas ficou longe de ser atingida, e a produção de alimentos para a população vem crescendo a níveis inferiores à sua respectiva taxa de crescimento vegetativo. Os fatores que vêm impedindo uma expansão da oferta agrícola nacional a níveis condizentes com o crescimento vegetativo da população derivam da má distribuição da terra e da necessidade premente de incorporação de novas áreas produtivas, novos produtos e novas tecnologias ao processo produtivo.

A política agrícola oficial, à medida em que delegou aos produtores a responsabilidade quase total dos destinos da produção agrícola nacional, revelou o caráter liberal (não intervencionista) que o Governo passou a adotar. Com efeito, ao se agravar a recessão econômica, o Estado resgatou a ideologia do livre jogo das forças de mercado, descompromissando-se de estimular de maneira organizada e planejada a atividade produtiva agrícola no País. A lição que se pode tirar de tal orientação é que o País clama por uma nova política agrícola que deva, necessariamente, priorizar o mercado interno, sob pena de perpetuar, inexoravelmente, a exclusão de milhões de brasileiros do produto nacional.

As principais culturas da lavoura gaúcha, tal como vem ocorrendo a nível nacional, vêm-se ressentindo dos efeitos danosos exercidos pela política agrícola governamental. Em termos genéricos, pode-se afirmar que, em 1984, a atividade agrícola do Rio Grande do Sul se viu penalizada principalmente por fatores advindos de uma desastrosa política eco-

nômica. Não foi à-toa que o ano de 1984 se transformou no grande palco histórico de inúmeros protestos de todas as categorias de produtores contra a política agrícola vigente no País ao longo dos últimos anos.

As culturas gaúchas que em 1984, apresentaram maiores aumentos em seus níveis de produção relativamente a 1983 foram arroz, milho, soja, batata-inglesa e feijão. Já as que apresentaram maiores reduções foram trigo, mandioca e cana-de-açúcar. Em termos globais, a produção física dos principais produtos agrícolas do Rio Grande do Sul elevou-se de 15.110 mil toneladas em 1983 para 16.086 mil toneladas em 1984. Mesmo assim, à semelhança do que vem ocorrendo a nível nacional, a produção global do Estado mantém-se em níveis razoavelmente inferiores aos alcançados nos dois primeiros anos da década.

A pecuária gaúcha, em 1984, apresentou os mesmos problemas que a afligiram no ano anterior. O principal refere-se à retração do mercado de carnes, tanto o interno como o externo. A demanda nacional vem sendo sistematicamente contraída nos últimos três anos, em decorrência da crise que se abateu sobre a economia brasileira que teve como efeito um menor nível de emprego e a deterioração do poder de compra dos salários. Se o mercado interno não tem favorecido a pecuária, também o mercado externo se apresentou desfavorável.

INDÚSTRIA

O ano de 1984 pautou-se pela polêmica em torno do significado dos resultados positivos assinalados pela indústria de transformação brasileira desde o mês de janeiro. Com a produção e o emprego praticamente em "queda livre" desde 1981, o setor manufatureiro parece finalmente ter encontrado o ponto de inflexão da curva descendente.

Infelizmente, mesmo que a tendência positiva se mantenha em 1985, as marcas deixadas pela estratégia do "ajustamento recessivo" não serão apagadas num prazo curto. Mesmo que neste ano a indústria de transformação brasileira tenha obtido melhores resultados do que em 1983

- como será descrito mais adiante -, esses não foram suficientes para recuperar os níveis de atividade alcançados antes da crise, ou seja, em 1980. Segundo as informações do IBGE, no período janeiro-outubro/84, a produção industrial brasileira cresceu 5,95% em relação a igual período do ano anterior, revelando, portanto, melhor desempenho do que em 1983. Os setores industriais que apresentaram melhores resultados no período janeiro-outubro/84 em relação a igual período do ano anterior foram o de bens de capital (11,65%) e o de bens intermediários (10,74%). Comparando-se, porém, com os resultados obtidos no mês de janeiro, verifica-se que as maiores variações positivas se localizam nas indústrias de bens duráveis de consumo (12,56 pontos percentuais) e de bens não duráveis de consumo (3,34 pontos percentuais). É de se destacar que as indústrias de bens intermediários - devido às exportações - e as de bens de capital - em função do aumento das vendas de tratores e máquinas agrícolas - lideraram o crescimento dos demais setores.

As informações disponíveis mostram que no Rio Grande do Sul a retomada do crescimento industrial ocorreu com uma certa defasagem de tempo em relação ao Brasil. Isso se deu pelas características próprias da indústria gaúcha.

CONSTRUÇÃO CIVIL

O ano de 1984 não trouxe significativa alteração no desempenho da Indústria da construção, uma vez que houve a persistência e até o agravamento das restrições ao crescimento do setor. A nível do setor público, as metas firmadas com o FMI continuaram a impor obstáculos à recuperação da produção. Na obstinada busca de redução do déficit público, previa-se para esse ano um corte adicional nos investimentos federais da ordem de 20%, o que resultou em um decréscimo substancial na demanda para a indústria da construção. No entanto o investimento das estatais, segundo a Secretaria Especial para Controle das Estatais (SEST), cresceu 1,7% em 1984 em vista da determinação governamental de apressar alguns empreendimentos a fim de con-

clui-los ainda no atual Governo. Saliente-se, porém, que os investimentos praticamente se mantiveram no baixo patamar de 1984. A grave crise experimentada pela construção civil em 1984 também pode ser visualizada pelos dados referentes ao emprego no setor.

COMÉRCIO INTERNO

Mesmo que o ano de 1984 se encerre com queda no faturamento, a reativação das vendas verificadas no segundo semestre (principalmente no último bimestre), ainda que ligada à sazonalidade do setor, injetou otimismo nos empresários do comércio para 1985. O incremento nas vendas ocorrido nos últimos seis meses do ano está relacionado à melhora verificada em dois fatores inibidores da atividade: os reajustes salariais acima dos limites impostos no Decreto-Lei no- 2.065 na indústria e em algumas estatais; e a reativação do nível de emprego, ainda que não na intensidade desejada pela sociedade.

A taxa estimada pela FGV para o produto do comércio, prevê para 1984, um incremento de 2,3%. Mesmo assim, a taxa estimada de crescimento está abaixo da taxa de incremento anual da população. Caso se confirme essa estimativa, o consumo "per-capita" em 1984 será 12,2% menor do que o verificado em 1980.

No que se refere ao comportamento dos segmentos e dos ramos do comércio, percebe-se que, de um modo geral, há um melhor desempenho, ainda que alguns continuem apresentado taxas negativas até outubro. O segmento que comercializa bens de consumo duráveis teve uma queda acumulada, até outubro, de 8,0%. Também os ramos lojas de departamentos e lojas de utilidades domésticas apresentaram queda de suas vendas (10,3% e 8,1% na ordem). O segmento bens de consumo semiduráveis apresentou retração em suas vendas de 5,9% até outubro, e somente o ramo vestuário obteve taxa positiva de crescimento. O ramo calçados ainda se encontra com um faturamento inferior ao do ano passado. No segmento bens de consumo imediato, destaca-se a reativação do ramo supermercados que, ape-

sar de ainda apresentar taxa negativa, deverá encerrar o ano com uma expansão de 4%. Por último, as vendas de materiais de construção, entre todos os segmentos do comércio, sofreram a maior retração durante os 10 primeiros meses do ano (18,4%) comparativamente com idêntico período de 1983, o que está associado à crise da construção civil.

Ao se utilizar o levantamento feito pelo Clube de Diretores Lojistas de Porto Alegre (CDL), verifica-se que, no mesmo período, houve uma queda de 25,8% no faturamento no comércio, queda esta que foi de 29,14% nos bens de consumo duráveis e de 22,58% nos bens de consumo não duráveis.

COMÉRCIO EXTERNO

Ultrapassando todas as previsões feitas no início do ano, a balança comercial brasileira, até novembro de 1984, já havia alcançado um superávit de US\$ 12,001 bilhões, superando de largo as estimativas de um saldo positivo de US\$ 9 bilhões para esse ano realizadas ao final de 1983. As exportações, que até novembro estavam em US\$ 24.662 bilhões, cresceram 24,10% em relação ao período de janeiro a novembro de 1983, enquanto as importações, ao totalizarem US\$ 12,661 bilhões, decresceram em 9,00%, quando comparadas com igual período de 1983.

O crescimento bastante acentuado das exportações teve por base o bom desempenho dos produtos industrializados, que até novembro já haviam alcançado um total de US\$ 16,256 bilhões contra os US\$ 8,133 bilhões obtidos com os produtos básicos, gerando um crescimento nessas receitas de exportação da ordem de 38,68% e 3,42% respectivamente em relação ao período de janeiro a novembro de 1983. Esse excepcional desempenho dos produtos industrializados acabou por favorecer um reaquecimento na economia brasileira, conforme pode ser melhor observado no artigo sobre a recuperação econômica publicado nesta edição.

De modo geral, as exportações do Rio Grande do Sul não tiveram um desempenho tão favorável como as vendas

externas do Brasil. Enquanto o valor das exportações brasileiras até setembro de 1984 havia aumentado 23,12%, as vendas do Estado para outros países aumentaram apenas 8,56%. O pior desempenho das vendas gaúchas esteve a cargo dos produtos básicos, que declinaram 27,25%, devido, principalmente, à queda nos volumes embarcados (-26,10%). Também os produtos manufaturados exportados pelo Rio Grande do Sul não conseguiram acompanhar o desempenho a nível nacional, pois, enquanto as vendas externas de manufaturados a nível nacional sofreram um acréscimo de 30,95% de janeiro a setembro de 1984, as exportações gaúchas desses produtos elevaram-se em 18,15% no mesmo período. Já as vendas externas de semimanufaturados, a nível estadual, tiveram um excepcional desempenho em 1984, com o preço médio elevando-se em 44,07% (enquanto a nível nacional o acréscimo foi de 10,25%), e um incremento nas receitas de exportação alcançando um percentual de 206,53%, contra um aumento de 67,53% a nível nacional. Com isso, a participação percentual do Rio Grande do Sul nas exportações brasileiras de semimanufaturados elevou-se para 16,19%, enquanto, de janeiro a setembro de 1983, a contribuição gaúcha nas vendas externas desses produtos pelo Brasil era de 8,85%.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Paralelamente ao avanço das discussões acerca das reformas a serem empreendidas na economia pelo próximo Governo, as quais desembocam inexoravelmente na "desfuncionalidade" do sistema financeiro, esse setor defrontou-se em 1984 com uma situação aparentemente contraditória: enquanto a economia começava a mostrar alguns sinais de recuperação ao longo do ano, impulsionada sobretudo pelo extraordinário desempenho das exportações, os lucros dos bancos começaram a despencar.

O custo do passivo dos bancos ganhou um impulso decisivo com a aceleração do processo inflacionário e a conseqüente perda do poder aquisitivo da moeda, que fez com que caíssem drasticamente os depósitos à vista, recursos

teoricamente captados a custo zero. Ao lado disso, por força da vigência de uma política monetária crescentemente restritiva, agravada pela dificuldade de rolagem dos títulos públicos, o custo de captação de depósitos a prazo também subiu vertiginosamente.

No terreno das *aplicações financeiras*, pelo segundo ano consecutivo, a liderança em termos de rentabilidade coube ao mercado de ações. Depois de permanecer ao longo de boa parte do ano de 1984 nos últimos lugares dentre as alternativas mais rentáveis, as ações readquiriram redobrado ânimo nos meses finais do ano, batendo sucessivos recordes de alta. Em novembro, por exemplo o índice Bovespa valorizou-se nada menos do que 50% e, em 11 meses, a alta chegou a 342%. Considerando que a inflação do período (janeiro a novembro) foi de 193%, pode-se imaginar os lucros fantásticos realizados nas Bolsas de Valores este ano.

GOVERNO

No início de 1984 (15 de março), foi enviada ao Fundo a 5a Carta de Intenção que ratificava as indicações do déficit público contidas no documento anterior, o qual deveria transformar-se num superávit operacional de 0,3% do PIB. Houve mudança com relação ao déficit público nominal que, em vista da nova estimativa inflacionária, deveria situar-se não mais em 9%, mas entre 11 e 13% do PIB em 1984. Para atingir esse objetivo, o Governo contava com maior contração das despesas do setor público e modificações fiscais já ocorridas no final de 1983 (elevação da carga tributária).

As metas do déficit público nominal e operacional programadas para o primeiro semestre foram cumpridas, tendo atingido valores inferiores aos fixados. Um dos fatores que contribuiu para esse resultado foi a capitalização (subscrição de ações) efetuada pela União nas empresas mais endividadas SIDERBRÁS e ELETROBRÁS.

No entanto as metas acertadas para os terceiro e quarto trimestres foram refeitas quando, em setembro, o Governo

enviou ao Fundo a 6a Carta de Intenção, a qual manteve a mesma orientação de política econômica recessiva. As áreas consideradas mais problemáticas foram a monetária e a do déficit público. A meta de expansão da base monetária foi elevada de 50% para 95%.

A dívida interna cresceu, de janeiro a outubro de 1984, 182,0%, ultrapassando a inflação no período (166,8%). O saldo da dívida pública federal alcançou Cr\$ 71.721 bilhões. A principal razão para esse substancial crescimento da dívida pública interna resulta da necessidade de seu próprio giro, cujo elevado custo exige novas emissões.

O exame da receita efetiva da União revela um decréscimo real de 4,39% de janeiro a outubro de 1984 em comparação com idêntico período de 1983, tendo a receita tributária registrado uma queda real de 3,97%, evidenciando um desempenho negativo da maioria dos impostos federais.

Pelo lado dos dispêndios públicos, a contenção efetuada pode ser visualizada pela queda da despesa da União de 7,99% de janeiro a outubro de 1984 em comparação com idêntico período de 1983.

O quadro das dificuldades financeiras do Estado, em 1984, não se alterou substancialmente em relação aos anos anteriores. Em 1983, com a aprovação do Substitutivo Passos Porto, foram efetuadas algumas alterações fiscais que, todavia, se constituíram apenas num paliativo para a difícil situação financeira dos estados. No entanto, em 1984, não ocorreram medidas significativas no campo tributário para minorar o problema dos estados ficando assim todas as possíveis mudanças para o próximo Governo. Na verdade, é o centralismo tributário, aliado à recessão econômica que assolou o País nos últimos anos, que faz com que os estados se encontrem em maiores dificuldades. O confronto entre a receita e a despesa da Administração Direta do Rio Grande do Sul, de janeiro a outubro de 1984, indica um déficit de caixa de Cr\$ 174 bilhões, evidenciando que as receitas no período foram insuficientes para cobrir o total dos dispêndios.